



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 105

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 105

99ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Expediente:

Mensagens

Indicações

Requerimentos

Projetos de Lei

Grande Expediente:

Sr. Alípio Leal

Interpeladores

Dep. Caíto Quintana

Dep. Péricles de Mello

Dep. Felipe Lucas

Dep. Antonio Anibelli

Dep. Luiz Claudio Romanelli ...

Dep. Nazareno Fontelles (Piauí)....

Interpeladores

Dep. Luciana Rafagnin

Dep. Elio Rusch

Dep. Jocelito Canto

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati

Dep. Jocelito Canto

Dep. Péricles de Mello

Dep. Professor Lemos

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Rosane Ferreira

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano

Liderança do PMDB

Dep. Dobrandino da Silva

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final

2ª Discussão

Requerimentos

Encerramento da Sessão

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Parecer

Diretoria Geral

Contrato para Prestação de

Serviços

Comissão de Licitação

Tomada de Preços

Errata

DIÁRIO Nº 105**99ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE SETEMBRO DE 2009**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Luciana Rafagnin e Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Pércles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (53).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Teruo Kato (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagens**

MENSAGEM Nº 077/09

Curitiba, em 03/09/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao parágrafo único, do artigo 2º, da Lei nº 15724, de 10/12/07, que dispõe sobre autorização para o Poder Executivo Estadual contratar operação de crédito, até o montante de US\$ 10.000.000,00, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná - PRO-APL.

A alteração proposta se faz necessária em virtude de exigência apresentada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que é o órgão competente para a análise do pedido da contratação do crédito pelo Estado do Paraná.

Informa a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que a lei estadual que autoriza a operação, deve conter o oferecimento das cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 a 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, todos da Constituição Federal. Por isso a alteração pretendida.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

CASA CIVIL

OFÍCIO CEE/CC Nº 3099/09

Curitiba, em 03/09/09.

Protocolo nº 9.739.471-7

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para as providências de praxe, a Mensagem nº 077/09, assinada em 03/09/09 pelo Exmo. Sr. Governador, relativa ao anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná - PRO-APL.

Cordialmente,

(a) RAFAEL IATAURO

Chefe da Casa Civil

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 15724, de 10/12/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

Parágrafo Único. O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 a 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155 da Constituição Federal, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 167 da Constituição Federal, bem como outras garantias em Direito admitidas, até o montante de que trata o artigo 1º desta lei.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 078/09

Curitiba, em 03/09/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o Estado do Paraná somente respeitará os feriados estaduais e nacionais.

Com efeito, as tradições e costumes de cada local devem ser respeitados pelos Governos Municipais.

Todavia, a Administração Pública Estadual não deve seguir os feriados e comemorações de âmbito municipal, tendo em vista que o Estado do Paraná é composto de 399 Municípios, cada um com suas peculiaridades, mas que necessitam de atendimento isonômico por parte do Governo do Paraná, em especial o atendimento de serviços essenciais como Saúde, Segurança, Educação, entre outros.

Não é possível imaginar que a Administração Pública Estadual deva ser paralisada por conta de feriados e comemorações no âmbito de cada Município do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

CASA CIVIL

OFÍCIO CEE/CC Nº 3101/09

Curitiba, em 03/09/09.

Protocolo nº 10.151.293-2

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para providências, a Mensagem nº 078/09, assinada em 03/09/09 pelo Exmo. Sr. Governador, relativa ao anteprojeto de lei dispondo que o Estado do Paraná respeite apenas os feriados estaduais e nacionais.

Cordialmente,

(a) RAFAEL IATAURO

Chefe da Casa Civil

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O Estado do Paraná somente respeitará os feriados estaduais e nacionais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 079/09

Curitiba, em 08/09/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Barra do Jacaré, de Área com 784 m2, composta pela totalidade do Lote 03, com 420 m2, sob Matrícula 10096, do Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, e por 364 m2 do Lote 04, sob Matrícula 3094, do Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos eis que a referida área será usada, exclusivamente, para implantação de Biblioteca Cidadã.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal área ficará gravada com cláusula de inalienabilidade e que a mesma retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

CASA CIVIL

OFÍCIO CEE/CC Nº 3123/09

Curitiba, em 09/09/09.

Protocolo nº 07.699.331-9

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para as providências de praxe, a Mensagem nº 079/09, assinada em 08/09/09 pelo Exmo. Sr. Governador, relativa ao anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Barra do Jacaré.

Cordialmente,

(a) RAFAEL IATAURO

Chefe da Casa Civil

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Barra do Jacaré, de Área com 784 m2, composta pela totalidade do Lote 03, com 420 m2, sob Matrícula 10096, do Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, e por 364 m2 do Lote 04, sob Matrícula 3094, do Registro de Imóveis da Comarca de Jacarezinho.

Art. 2º A área em questão, que fica gravada com cláusula de inalienabilidade, será usada, exclusivamente, para implantação da Biblioteca Cidadã, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 080/09

Curitiba, em 08/09/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Engenheiro Beltrão, de Área com 9612 m2, composta pela Quadra 68, situada na zona urbana do referido Município, objeto da Matrícula nº 6089, do Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão.

A medida ora proposta consulta aos interesses públicos eis que a referida área será usada, exclusivamente, para moradia de famílias carentes.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal área ficará gravada com cláusula de inalienabilidade e que a mesma retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

CASA CIVIL
OFÍCIO CEE/CC Nº 3125/09

Curitiba, em 09/09/09.

Protocolo nº 10.094.320-4

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para as providências de praxe, a Mensagem nº 080/09, assinada em 08/09/09 pelo Exmo. Sr. Governador, relativa ao anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de área do Município de Engenheiro Beltrão.

Cordialmente,

(a) RAFAEL IATAURO
Chefe da Casa Civil

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Engenheiro Beltrão, de Área com 9612 m2, composta pela Quadra 68, situada na zona urbana do referido Município, objeto da Matrícula nº 6089, do Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão.

Art. 2º A área em questão, que fica gravada com cláusula de inalienabilidade, será usada, exclusivamente, para moradias de famílias carentes, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 081/09

Curitiba, em 08/09/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Paranavaí, de Área com 5916,80 m2, com edificações, constituída pelo Lote nº 87/88-2-REM-1-B, da Gleba 02, Distrito de Graciosa, sob Matrícula nº 28961, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

A presente medida consulta aos interesses públicos, eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para funcionamento da Administração Distrital de Graciosa.

Consta, no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal cessão terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes e que o referido imóvel retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

CASA CIVIL
OFÍCIO CEE/CC Nº 3124/09

Curitiba, em 09/09/09.

Protocolo nº 10.094.288-7

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para as providências de praxe, a Mensagem nº 081/09, assinada em 08/09/09 pelo Exmo. Sr. Governador, relativa ao anteprojeto de lei que objetiva a cessão de uso de área com edificações no Distrito de Graciosa ao Município de Paranavaí.

Cordialmente,

(a) RAFAEL IATAURO
Chefe da Casa Civil

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Paranavaí, de Área com 5196,80 m2, edificações, constituída pelo nº 87/88-2-REM-1-B, da Gleba 02, Distrito de Graciosa, sob Matrícula nº 28961, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Paranavaí.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para funcionamento da Administração Distrital de Graciosa, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art 3º A presente cessão de uso terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Quando do retorno do imóvel ao patrimônio do Estado, o cessionário não terá direito a ressarcimento por investimentos eventualmente feitos, que passarão a integrar o patrimônio estadual.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 864/09

SÚMULA:

Solicita ao Secretário de Estado dos Transportes, obras de conservação da estrada LK 002 no Município de Presidente Castelo Branco.

Ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, engenheiro Rogério Tizzot:

O Deputado Luiz Accorsi, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do douto Plenário o envio de expediente a autoridade nominada, requerendo obras permanentes de conservação da estrada LK 002 no Município de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O trecho objeto da indicação em tela é conhecido como Estrada dos Pioneiros e desde a implantação dos pedágios em determinadas rodovias paranaenses vinha sendo como desvio da praça instalada pela concessionária exploradora na BR-376.

No entanto, desde o início do mês de agosto próximo passado, a Prefeitura do Município de Presidente Castelo Branco, respaldada por lei aprovada pela Câmara de Vereadores, determinou o seu fechamento alegando dentre outras razões, problemas quanto à conservação do trecho.

A atitude da administração do Município de Castelo Branco a abertura do inquérito Civil Público e o Dr. Nivaldo Bazotti, Promotor de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais da Comarca de Nova Esperança, já afirmou através de nota que a ação contraria, em tese, o disposto no artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal que dispõe *ser livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, permanecer ou dele sair com os seus bens.*

Considerando que o Governador Roberto Requião determinou a construção da Estrada da Liberdade sobre o traçado da antiga Estrada do Cerne, para oferecer alternativa de gratuidade de tráfego, entendendo como oportuna a presente indicação, pois o trecho a ser objeto da atenção do Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Estado dos Transportes, se configura como rota de desvio da obrigatoriedade de pagamento de tarifas de pedágio no valor de R\$ 3,60 para motocicletas, R\$ 7,20 para automóveis enquanto o proprietário de um caminhão com seis eixos, é tarifado em R\$ 35,40.

Solicito à Mesa, anexar à Indicação, o recorte da página A7 do jornal O Diário do Norte do Paraná, edição de 07 de agosto do corrente ano.

INDICAÇÃO Nº 865/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. David José de Castro Gouvêa, Superintendente Regional DNIT/PR, a implantação de uma passarela na BR-376, Contorno Sul, no KM 595, no perímetro urbano do Município de Curitiba/PR.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando no que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, propõe as autoridades acima citadas, a implantação de uma passarela na BR-376, Contorno Sul, no Km 595, do perímetro urbano do Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta indicação é uma reivindicação da população daquela região, que presenciam mensalmente atropelamentos neste trecho, os quais em sua maioria são vítimas fatais.

Sugere-se desta forma, a implantação da passarela no ponto de maior demanda, como no Km 595 que liga os bairros Vila Luana e Alto Barigui, com os bairros Diadema II e Sabará, todos com grande densidade demográfica.

A medida seria de imensa importância para a região, conciliando o desenvolvimento urbano com segurança em mais qualidade de vida para a população.

Considerando a relevância e urgência da presente indicação legislativa, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a desanexação do Projeto de Lei nº 343/09 ao Projeto de Lei nº 056/09, anexados na Sessão Plenária do último dia 19 de agosto.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 4403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita uso do plenário no dia 05/10/09 para a realização do V Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa, a ser realizado das 09h às 13h.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 4435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para realização Audiência Pública, em data a ser agendada.

A audiência terá como objetivo discutir a proposta de Emenda Constitucional nº 300, que tramita no Congresso Nacional, que propõe equiparar os vencimentos das Polícias Militares e Bombeiros Militares de todas as unidades da federação com os praticados pelo Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 4436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro Kolachinski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leonice da Aparecida de Moura, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4438

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Wilma Maria Haas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4439

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdivino Rocha, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rui José Conrado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4441

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosane Marcondes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Reginaldo Cesar Maceno, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4443

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Raquel Ignácio, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Alexandre dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Marcelo Andreski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4446

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Maria de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4447

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Irineu Leonelli Pugsley, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Elis Regina dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dirce Fornazari, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dicléia Aparecida Manente, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Darci Ferreira de Campos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Carlito Rodrigues Vaz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4453

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Carlos de Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4454

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Anna Pedroso, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4455

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Arlindo Lopes Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4456

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aroldo Emanuel Lovato, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 4457

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Nunes Ribeiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 4398

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, tendo em vista que no último dia 25 de agosto, na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, os Procuradores Gerais de Justiça de todos os Estados, do Distrito Federal e Territórios e os Ministérios Públicos do Trabalho e Militar o elegeram Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), uma honraria que engrandece o Ministério Público do Paraná e orgulha todo o Estado do Paraná.

O Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto tomará posse, no dia 16 de outubro, na presidência do Conselho. O Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE) foi criado em 9/10/81 com o objetivo de defender os princípios, prerrogativas e funções institucionais do Ministério Público. É função do Conselho integrar os Ministérios Públicos de todos os Estados brasileiros, promover intercâmbio de experiências funcionais e administrativas e trabalhar pelo aperfeiçoamento da instituição, traçando políticas e planos de atuação uniformes ou integrados que respeitem as peculiaridades regionais,

Olympio de Sá Sotto Maior Neto, figura de grande destaque na sociedade paranaense e brasileira foi agraciado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, concedido pela Lei n° 12249, de 03/08/98. Dr. Olympio, pelo seu trabalho, talento e determinação, é um daqueles notáveis cidadãos que faz a diferença na sociedade brasileira, principalmente quando da elaboração e, agora, na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eleito pela 1ª vez como Procurador Geral em 1994, foi reeleito em 1996, como candidato único. Atualmente exerce, pela terceira vez, o cargo de Procurador Geral de Justiça, empossado em 08/04/08, continuando com o seu objetivo de proporcionar condições para que o direito inalienável da justiça alcance a todos indistintamente.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS, ALEXANDRE CURI, VALDIR ROSSONI, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, ELIO RUSCH, WALDYR PUGLIESI, ADEMAR TRAIANO, PÉRICLES DE MELO, PLAUTO MIRÓ, DUÍLIO GENARI, LUIZ CARLOS MARTINS, DOUGLAS FABRÍCIO e RENI PEREIRA

REQUERIMENTO N° 4402

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e de reconhecimento público à Rádio Cincão FM, na figura do seu diretor,

Vereador Tito Valle, pela criação do Bolsa de Empregos - Cincão FM. A emissora, que funciona no sistema comunitário, abrange a zona norte de Londrina, na área conhecida como 5 Conjuntos, com programação especial que atende um público de aproximadamente 150 mil pessoas. Agora, com a implantação do Bolsa de Empregos, a Cincão FM vai facilitar tanto os empresários que dispõem de vagas como para os trabalhadores e trabalhadoras que estão em busca de emprego. Isso comprova, sem dúvida, a competência e a visão humanitária do advogado e Vereador Tito Valle, responsável pelo novo serviço oferecido pela emissora que facilita, e muito, a vida de quem busca uma colocação profissional.

Requeiro que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada à Rádio Cincão FM, com votos de permanente sucesso no atendimento aos londrinenses.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 4412

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São Mateus do Sul pela passagem, no próximo dia 21/09/09, de seus 101 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz Adyr Gonçalves Pereira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, José Marciniak Stuski bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande honra que nos dirigimos a população do Município de São Mateus do Sul, nesta significativa data da comemoração de seus cento e um (101) anos de emancipação política.

Rendemos nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que continuam dando sua importante parcela de contribuição para o progresso do Município.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de São Mateus do Sul, é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores estão dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

Pois, o desafio diário reside na conciliação entre necessidades públicas, entendidas basicamente como a prestação de funções e de serviços públicos para a população municipal. É, neste contexto de competição e de dificuldades que a Administração Pública Municipal, através do Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, torna-se ferramenta chave para a resolução dos problemas da população.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, sente-se orgulhoso em parabenizar as autoridades constituídas do Município, bem como a população em geral pelo transcurso de seus 101 anos.

REQUERIMENTO Nº 4413

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Mallet pela passagem, no próximo dia 21 de setembro, de seus 97 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Cesar Loyola Flenik, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Ivo Horn, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Mallet.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande orgulho que toda a população de Mallet irá comemorar festivamente, no próximo dia 21 de setembro, seus 97 anos de emancipação política e administrativa. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe seus administradores e toda a população que sempre colabora para o desenvolvimento cada vez maior do Município.

Gostaria de enfatizar, nesta oportunidade, a flagrante importância que o Município detém, referendada em nossa lei maior. O contato que, diuturnamente, o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores exercita junto ao povo, torna-o destacado e genuíno intérprete dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais, estaduais e federais.

Pois, o desafio diário reside na conciliação entre necessidades públicas, entendidas basicamente como a prestação de serviços públicos para a população municipal. E neste contexto de competição e de dificuldades que a Administração Pública Municipal, através do Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, torna-se ferramenta chave para a resolução dos problemas da população.

Portanto é justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de gratidão a laboriosa e dedicada população de Mallet pelo transcurso da significativa data.

REQUERIMENTO Nº 4417

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Musical Infantil O Cravo e a Rosa.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Musical Infantil O Cravo e a Rosa, na pessoas de seu autor Sr. Xico Abreu e de seu excelente elenco, que através deste espetáculo, transmitem às crianças o amor, a aventura e a alegria com músicas próprias. Aclamada pela crítica, foi indicada a cinco prêmios, conquistando o de melhor figurino, sendo convidada a representar o Brasil no Festival do Peru, transformou-se em episódio da TV Cultura, demonstrando sua capacidade em transmitir com dinamismo e emoção históricas que agradam o mundo infanto-juvenil.

REQUERIMENTO Nº 4418

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Gabbu.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Gabbu, que coloca todo seu conhecimento no ramo à disposição da sociedade, buscando atender sempre melhor e com profissionalismo. Trabalhando com pessoal qualificado e treinado, uma empresa geradora de empregos que cumpre seu papel social. Sua atitude empreendedora demonstra o compromisso e a responsabilidade para com a sociedade, fazendo do comércio uma ferramenta disseminadora da igualdade social.

REQUERIMENTO Nº 4419

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Curitiba pelos 60 anos.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Curitiba pelos 60 anos, na pessoa de seu presidente, Sr. Marco Antônio de Oliveira Fatuch, que representa a entidade, atuando na coordenação, na defesa, proteção e representação das reivindicações e direitos dos filiados. Atuando intensamente na luta pelos direitos e por melhores condições de trabalho, fortalecendo e valorizando o sindicato, com determinação e perseverança para superar as dificuldades, ampliando o reconhecimento dos setores que representa, fazendo destes 60 anos um marco na história da instituição.

REQUERIMENTO Nº 4420

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Capitolum.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Capitolium, que coloca todo seu conhecimento em moda à disposição da sociedade, buscando atender sempre melhor e com profissionalismo. Trabalhando com pessoal qualificado e treinado, é uma empresa geradora de empregos que cumpre seu papel social. Sua atitude empreendedora demonstra o compromisso e a responsabilidade para com a sociedade.

REQUERIMENTO Nº 4421

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Vicenza Jóias.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Vicenza Jóias, uma empresa que coloca toda sua qualificação no ramo à disposição da sociedade, disponibilizando aos seus clientes produtos confeccionados por profissionais especializados, buscando atender sempre melhor em quatro lojas distribuídas pelos shoppings de Curitiba, levando emprego à comunidade e demonstrando todo seu empreendedorismo e responsabilidade social.

REQUERIMENTO Nº 4422

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Óticas Visorama.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Óticas Visorama, uma empresa que coloca toda sua qualificação no ramo à disposição da sociedade, tornando acessível aos seus clientes o que há de melhor em ótica. Buscando atender sempre melhor com profissionais ópticos habilitados, trabalha com produtos de primeira linha, gerando empregos e demonstrando todo seu empreendedorismo e responsabilidade social.

REQUERIMENTO Nº 4423

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Villa Marcolini Ristorante.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Villa Marcolini Ristorante, que transmite à sociedade curitibana novos paladares, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Com uma equipe de profissionais treinada e de qualidade, é uma empresa geradora de empregos que demonstra sua responsabilidade social, fazendo da prestação de serviço uma referência no seu ramo de atividade.

REQUERIMENTO Nº 4424

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Adriana Beigel Joalheria Contemporânea.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Adriana Beigel Joalheria Contemporânea, uma empresa que realiza no comércio o empreendedorismo à disposição da sociedade, buscando a satisfação de sua freguesia através de atendimento diferenciado e exclusivo. Bem estruturada e com profissionais competentes, esta companhia é geradora de empregos, trabalhando em favor de um ideal social, por uma comunidade mais justa e igualitária.

REQUERIMENTO Nº 4425

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Jonel Chede.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Jonel Chede que assume a presidência do Movimento Pró-Paraná, entidade apartidária que tem o compromisso de incrementar a identidade cultural e promover o desenvolvimento integrado entre o Paraná a União e os outros Estados. Objetivando a defesa das causas paranaenses, prepara o Estado para as gerações futuras através do envolvimento cívico e do resguardo das grandes questões que envolvem o Estado. Sua posse inicia uma nova fase, que pretende a instalação de um Tribunal Regional Federal, uma nova ferrovia e a melhoria da infraestrutura viária, contribuindo cada vez mais para o progresso do Estado.

REQUERIMENTO Nº 4426

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao União Vila Sandra Esporte Clube.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao União Vila Sandra Esporte Clube, na pessoa de seu presidente Sr. Gilberto Barros, que incentiva a prática esportiva, através de desenvolvimento do futebol, formando categorias e participando de competições, promovendo o interesse da comunidade e criando uma identidade entre os moradores da região. Com uma estrutura bem formada, tem em seu estádio, o centro de convergência de atletas e apreciadores do esporte, criando assim uma unidade de integração comunitária.

REQUERIMENTO Nº 4427

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao General de Brigada Osmário Monteiro Zan.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao General de Brigada Osmário Monteiro Zan, Comandante da Artilharia Divisionária Marechal Setembrino de Carvalho da 5ª Divisão de Exército, que com preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, dedica-se exclusivamente ao Exército, com formação específica e aperfeiçoamento, cumpre a missão constitucional de defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, participando, ainda, na solução de problemas comunitários e no desenvolvimento nacional.

REQUERIMENTO Nº 4428

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Cezinando Vieira Paredes.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Cezinando Vieira Paredes, Coordenador do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná - DEPEN, onde é responsável pelas penitenciárias, prisões, escolas de recuperação, colônias, sanatórios e manicômios penais, administrando através do apoio e da orientação técnica e normativa, coordenando a supervisão e o controle da atuação das unidades integrantes do sistema, adotando medidas que aperfeiçoem a educação e a profissionalização dos presos. Sua condução frente ao órgão é exemplar, tratando com seriedade e competência suas atividades, adotando medidas socioeducativas, buscando a ressocialização dos detentos e prestando relevantes serviços à sociedade.

REQUERIMENTO Nº 4429

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Rosana de Oliveira.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Rosana de Oliveira, presidente do Centro de Apoio ao Surdo, que frente a entidade promove a motivação e desenvolve o voluntariado para a ajuda aos deficientes auditivos nas suas relações sociais. Prestando atendimento, orientação social e solidariedade, age na auto-estima de todos os participantes, realizando um trabalho extraordinário, conquistando o reconhecimento da sociedade e oportunizando as potencialidades dos surdos.

REQUERIMENTO Nº 4430

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Macaroni Pizzas e Massas.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Macaroni Pizzas e Massas, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados, em que as boas histórias fazem pizza.

REQUERIMENTO Nº 4431

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Naturalíssima Produtos Naturais.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Naturalíssima Produtos Naturais, que com o bom atendimento, a qualidade e a confiança, solidifica o nome junto aos consumidores da região do São Braz, oferecendo produtos de qualidade e prestando bons serviços, sendo a fornecedora do bairro que com a sua gama de produtos, atende as expectativas de seus clientes prestando um excelente serviço à comunidade, proporcionando a proximidade do cliente com as suas necessidades.

REQUERIMENTO Nº 4432

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Beatriz Santos Séra.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Beatriz Santos Séra, uma grande empreendedora do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa BSS Decorações Ltda., tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutadora e vencedora em um mercado profissionalizado e competitivo. Uma cidadã engajada no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Curitiba, uma Guerreira do Comércio.

REQUERIMENTO Nº 4433

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Claudete Favarin.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Claudete Favarin, uma grande empreendedora do Paraná que iniciou suas atividades com a empresa CIA Offcce Ltda, tendo adquirido experiência e se fortalecido como comerciante, destacando-se na sua área de atividade. Lutadora e vencedora em um mercado profissionalizado e competitivo. Uma cidadã engajada no crescimento e no desenvolvimento sócio-cultural e empresarial da comunidade de Ivaiporã, uma Guerreira do Comércio.

REQUERIMENTO Nº 4354

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, à Diretoria de Análise e Transferência do Tribunal de Contas - DAT -, bem como ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, solicitando dos mesmos a normatização das possibilidades de disposição funcional de serviços bem como as subvenções de Prefeituras para entidades de Ação Social.

Cabe salientar que o Ministério Público vem determinando a retirada de funcionários das Prefeituras de asilos, enfim, de entidades que mantêm parcerias com os Municípios.

A situação relatada vai inviabilizar o funcionamento de muitas atividades e causar sérios problemas sociais, especialmente em se relevando a importância da ação social desenvolvida.

Consideramos essencial a normatização solicitada, evitando desvios e permitindo a continuidade dos trabalhos das diversas entidades parcerias das Prefeituras.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, DD. Presidente da República do Brasil, solicitando seu empenho pessoal junto ao Governo do Paraguai, no sentido de coibir a invasão de integrantes do Movimento Campesino Paraguayo em terras ocupadas por brasileiros naquele País.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Brasileiros proprietários ou arrendatários de terras no Paraguai, estão sendo vítimas de integrantes do Movimento Campesino Paraguayo, que têm invadido suas propriedades, matando animais de criação, destruindo as plantações e residências, proporcionando-lhes grandes prejuízos, fazendo ameaças, e sobretudo, colocando a vida das famílias daqueles brasileiros em risco.

A permanecer essa situação, os brasiguaios, para defender suas propriedades e familiares, bem como garantir seus direitos, prevemos que o confronto entre brasileiros ocupantes de área naquele País e campesinos será inevitável.

Diante do exposto, este Deputado, representante nesta Assembleia Legislativa do Município de Foz do Iguaçu, que faz fronteira com o Paraguai, preocupado com essa situação, solicita o empenho pessoal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva junto ao Governo Paraguayo, no sentido de, em conjunto, encontrarem uma solução para essa grave crise que poderá gerar sérias consequências, com possíveis confrontos que poderão resultar na perda de muitas vidas, tanto de brasileiros como de paraguaios.

REQUERIMENTO Nº 4329

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ter ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitando uma completa revisão na Política Agrícola do País, considerando a necessidade de a CONAB, órgão regulador de preços da agricultura brasileira, criar um fator que possa aproximar o preço do mercado brasileiro ao preço mínimo dos países que são os nossos competidores diretos, visando à próxima safra de grãos no Paraná e nos demais Estados produtores.

Levando-se em conta a concorrência no setor de exportação dos Países que comercializam com o Brasil.

Levando-se em conta o mercado globalizado, os Estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul sofrem bastante com os preços baixos que estão sendo pagos no mercado.

O cenário do externo mudou e os valores médios praticados estão U\$ 80,00 abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo Federal, principalmente no que se refere ao trigo que teve o seu preço fixado em R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) ou U\$ 280 dólares a tonelada.

Para que sirva de exemplo queremos tomar por base o trigo que com medo de que o tempo seco afetasse a sua produção, a Austrália puxou a alta do preço das commodities. No mercado paranaense, o preço médio da saca de 60 quilos de trigo recuou 0,67%, passando para R\$ 25,16, conforme estatística do Departamento de Economia Rural. Ainda mais, a comercialização da safra do Trigo de 2009 - uma das principais culturas de inverno no Paraná - está totalmente emperrada, pois cerca de 700 mil toneladas desse grão, colhidas em 2008, ainda permanecem estocadas em silos dos produtores e do Governo.

O mesmo acontece com o café, que os preços futuros fecharam em baixa esta semana atingindo o patamar mais baixo das últimas três semanas, sabendo-se que a oferta de grãos da Colômbia - o terceiro maior exportador - que teve um aumento de 11 milhões de sacas na sua.

A soja - por exemplo, fechou esta semana com uma alta expressiva em função de uma forte onda fria nas lavouras americanas, reduzindo a oferta dos EEUU no mercado internacional. O milho, segundo a Bloomberg, sofreu uma grande retração no mercado.

Enfim, as commodities - (que são negociadas em bolsa de mercadorias) - tem que ser controladas através de uma revisão na política do Governo Federal, pois o agricultor não suporta mais arcar com prejuízos gerados pela constante queda de preços no mercado de produção, grãos do nosso País.

Este é o teor do requerimento.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4460

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER com base no artigo 131, parágrafo 3º IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis e, após aprovação do douto Plenário, envio de cópia ao Sr. Vitor Hugo Ribeiro Burko, Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, para que compareça na Sessão Plenária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a fim de que preste esclarecimentos sobre a concessão de licenças ambientais para a implantação de aterros sanitários no Paraná.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

As concessões de licenças ambientais para a implantação de aterros sanitários tem sido tema de grande debate e muita polêmica nas Sessões Plenárias desta Casa de Leis. Deste modo, faz-se necessária a presença do Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, órgão competente para a emissão das referidas licenças, para que preste as informações necessárias a todos os Parlamentares, motivo pela qual justifico o pedido acima formulado.

REQUERIMENTO Nº 4461

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, solicitando os seguintes documentos e informações:

- Que contratos de prestação de serviços foram firmados pelo Ministério Público nos anos de 2005 a 2009?
- Quantos destes contratos foram objeto de aditivo, anexando as justificativas?

- Como é realizado o empenho destes contratos? De forma global ou mês a mês?

- Como é feito o empenho e pagamento referente aos meses de dezembro, janeiro e fevereiro? Existe dotação orçamentária?

- O Ministério Público conta com dotação orçamentária para empenho da folha de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro de cada ano, antes do efetivo pagamento? Favor juntar o empenho e a ordem de repasse dos valores a agência bancária dos últimos 4 anos.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 4387

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes a construção do CAS - Centro de Apoio à Saúde do Bairro Santa Paula, no Município de Ponta Grossa:

- Quais os valores totais previstos para a execução da obra?

- Quanto desse valor já foi efetivamente liberado?

- Quais as razões para a obra encontrar-se paralisada?

- Foi feita vistoria da obra para a verificação da correta aplicação dos valores liberados?

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 4397

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando com máxima presteza para que seja apresentada as seguintes informações:

- Em relação aos valores de ICMS Ecológico repassados pelos Estado, como é realizado o cálculo dos referidos valores?

- Quais foram os valores de ICMS Ecológico repassados pelo Governo do Estado do Paraná às Cidades de Ponta Grossa, Castro, Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu e Piraquara, no período de 2004 a 2009?

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 4414

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, José

Benedito Pires Trindade, solicitando as seguintes informações relativas à contratos formados entre o Estado do Paraná e a Editora Tribunal do Norte S/A, do Município de Apucarana-PR:

1 - Foi realizada pelo Governo do Estado alguma contratação da referida editora nos anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009? Para a confecção de que tipo de material?

2 - Foram feitas licitações para cada contrato? Que tipo de licitação foi empregada? Em caso afirmativo, anexar cópias dos processos licitatórios.

3 - Ainda, quanto foi pago pelo Governo do Estado a referida Editora, a cada mês, nos anos acima citados, pela confecção dos materiais contratados?

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 4464

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil, em face da Lei nº 16096, de 28/04/09 (DIOE nº 7959) que autorizou crédito orçamentário especial no montante de R\$ 39.620.000,00 com o objetivo de atender despesas para aquisição de imóvel para o estacionamento e os jardins da futura sede do Centro Judiciário, informar, se as pendências judiciais que pesam sobre o imóvel em questão já foram solucionadas e, em caso positivo, se a respectiva compra já foi formalizada.

Caso ainda restem pendências administrativas e ou judiciais que impeçam a formalização da aquisição do imóvel conforme anunciado, informar os números dos processos administrativos e os órgãos de origem ou quais as ações judiciais (parte e números dos autos), onde foram ajuizadas, e qual fase processual em que se encontram.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(aa) ELIO RUSCH, DOUGLAS FABRÍCIO,
ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI,
STEPHANES JÚNIOR E PLAUTO MIRÓ

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 472/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A promoção do esporte de aventura no Estado do Paraná, como atividade comercial ou atividade coletiva de recreação e lazer, de caráter público ou privado, observará o disposto nesta lei.

Parágrafo Único. Para os fins desta lei, consideram-se esporte de aventura as modalidades esportivas de recreação que ofereçam riscos controlados à integridade física de seus praticantes e exijam o uso de técnicas e equipamentos especiais.

Art. 2º A prática dos esportes de aventura pautar-se-á pela preservação da integridade física de seus praticantes, observado ainda o controle dos impactos da atividade sobre o meio ambiente e as comunidades envolvidas.

Art. 3º São requisitos para a promoção do esporte de aventura, nos termos da legislação em vigor:

I - autorização do Corpo de Bombeiros Militar para a realização da atividade;

II - autorização do órgão competente para a utilização de locais públicos ou privados para a realização da atividade;

III - responsabilidade técnica de profissional habilitado pela atividade;

IV - utilização de equipamentos e técnicas adequadas à atividade;

V - acompanhamento das atividades por monitores habilitados;

VI - prestação de primeiros socorros no local onde se realize a atividade, se necessário;

VII - condições de resgate da vítima, em caso de acidente.

Parágrafo Único. Os equipamentos utilizados na prática de esportes de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável em nível estadual ou federal.

Art. 4º Fica o promotor de esportes de aventura obrigado a:

I - colher assinatura dos praticantes em termo de responsabilidade, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada e os riscos a ela inerentes;

II - divulgar publicamente, nos locais onde atue, as informações necessárias ao seguro desenvolvimento de suas atividades.

Art. 5º As agências de turismo que operam com esporte de aventura deverão obter licenciamento específico para o exercício da atividade, nos termos desta lei e de seu regulamento.

Art. 6º Na prática de esporte de aventura, deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 7º As concessões para o funcionamento das atividades esportivas de que trata esta lei serão anuais, sendo exigidas, para sua renovação, vistoria do material utilizado e atualização de cadastro dos profissionais envolvidos na atividade.

Art. 8º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às seguintes sanções, nos termos do regulamento:

- I - multa;
- II - suspensão temporária da atividade;
- III - interdição total ou parcial do estabelecimento ou da atividade;
- IV - cassação da licença do estabelecimento ou da atividade.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição pretende dispor sobre a atividade de turismo de aventura no âmbito do Estado do Paraná, com o escopo de ordenar a atividade, preservar os espaços naturais, garantir a segurança dos usuários e qualificar os profissionais envolvidos na operação das respectivas modalidades.

É notória a evolução desse tipo de atividade turística, que vem crescendo e despertando o interesse das mais variadas gerações, credenciando-se como nova opção para as práticas náuticas de montanhismo, de vôo livre e trilhas. Não há legislação específica que discipline a matéria, e algumas regras existentes para o setor não conferem o necessário caráter profissional à atividade, de forma que venha a garantir segurança e melhor capacitação aos profissionais da área.

Para o mercado do turismo de aventura, o panorama não se limita apenas aos lugares em que o turista enfrenta os desafios da natureza. Hoje há interesses em destinos como centro de terapia, pois muitas pessoas procuram tais eventos turísticos na busca do auto-conhecimento e do desenvolvimento espiritual e, não raro, para trabalhar em projetos de conservação ambiental.

Como se pode verificar, o verdadeiro turismo de aventura é aquele que obedece aos padrões éticos dos esportes, que leva em conta a noção de desenvolvimento sustentado, feito de forma a garantir a segurança dos turistas e praticado tendo em vista a visão de desenvolvimento sustentado, em que se preserva a natureza e se geram emprego e renda.

Assim, as atividades de turismo de aventura serão sempre exercidas em locais adequados, com utilização de equipamentos em perfeito estado de manutenção e com orientação de profissionais capacitados, visando à máxima segurança do usuário. Para tanto, devem ser utilizados equipamentos de qualidade e respeitadas normas de segurança, e a mão de obra deve ser qualificada e passar por uma constante reciclagem.

O turismo de aventura pode inserir-se como espécie do gênero ecoturismo, se houver observância dos princípios de desenvolvimento sustentado, devendo a respectiva prática ser feita de maneira a causar o mínimo impacto à natureza e a não causar danos irreversíveis ou desnecessários que atinjam os recursos naturais e culturais utilizados em curto ou longo prazo, tendo em vista que sua prática deve trazer mais benefícios às comunida-

des locais do que prejuízos. Isso inclui, tanto quanto possível, empregar mão de obra e recursos locais, com o cuidado de não descaracterizar culturalmente nem socialmente a comunidade da região.

Assim, a proposta tem o cuidado de prever que, para o exercício das atividades de turismo de aventura, o esforço físico e a preocupação com a manutenção do meio ambiente devem estar sempre aliados, de forma que os praticantes observem as características da paisagem visando à redução de impactos sonoros, visuais e atmosféricos no local adequado à sua prática.

PROJETO DE LEI Nº 473/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Serão destinados preferencialmente às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, às gestantes e lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo 10% (dez por cento) dos assentos nas áreas de embarque e desembarque dos terminais rodoviários localizados no Estado.

§ 1º Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que se enquadra nas condições previstas na Legislação Estadual.

§ 2º Considera-se pessoa com mobilidade reduzida aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência estabelecido pela Legislação Estadual, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Art. 2º Os assentos de que trata o artigo 1º terão identificação específica, que informe a sua destinação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente os idosos, deficientes físicos, gestantes e lactantes padecem em nosso Estado com a falta de lugares reservados nos terminais rodoviários. Esta proposição visa corrigir tal distorção por meio de uma iniciativa simples que propiciará aos beneficiários condições mínimas de conforto e respeito humano. O projeto tem raízes em princípios que buscam promover a dignidade da pessoa humana, a integração social do portador de deficiência e o amparo ao idoso, estando em estrita consonância com os ditames da Constituição da República. O artigo 24, XIV, da Carta Magna estabelece que cabe ao Estado legislar concorrentemente sobre “proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”, cumprindo-lhe, ainda, a tarefa de concretizar, mediante políticas públicas, a

“proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência”, nos termos do artigo 23, II, do citado diploma legal. A Constituição da República, prevê, ainda, em seu artigo 203, IV, que a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração na vida comunitária constituem objetivos da assistência social. No artigo 230, estatui que à família, à sociedade e ao Estado é atribuído o dever de amparar as pessoas idosas. Não por acaso, segundo a mesma norma fundamental, a ordem econômica deverá ter por finalidade assegurar a todos existência digna, tendo como princípios relevantes a função social da propriedade e a dignidade da pessoa humana. Como se vê, a proposição em estudo insere-se nesse contexto de proteção do idoso e do deficiente físico, buscando conferir densidade normativa a disposições previstas em termos mais genéricos nos textos constitucionais, os quais servem de balizamento para a aprovação de uma legislação específica no plano estadual.

PROJETO DE LEI N° 474/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O Programa Estadual de Reciclagem Ambiental Participativa (EcoAluno) funcionará com postos de coleta seletiva de resíduos sólidos e líquidos recicláveis, tais como: garrafas PET, embalagens e sacolas plásticas, vidros, borrachas e também óleos em geral.

Art. 2° O referido programa define como posto de coleta de resíduos sólidos e líquidos recicláveis toda instituição de ensino de educação infantil, pré-escola, ensino fundamental, médio, superior, educação especial e educação para jovens e adultos (suplência) e suas conveniadas de caráter público municipal, estadual e federal ou mesmo privada.

§ 1° Entendem-se como resíduos sólidos separáveis e recicláveis:

- I - papel, papelão e derivados e celulose;
- II - polímeros: garrafas de plásticos e embalagens plásticas em geral;
- III - vidros: garrafas, copos e lâmpadas alógenas;
- IV - metais: latas de óleo, condimentos e leite em pó e outras;
- V - borrachas: pneus em geral e demais derivados;
- VI - baterias: pilhas e baterias;
- VII - vidros especiais: lâmpadas fluorescentes;
- VIII - eletrônicos e informática: gabinete de computadores, impressoras, teclados, monitores, rádios e televisores.

§ 2° Os materiais separáveis, porém não recicláveis, conforme citado nos incisos VI e VII, serão encaminhados aos respectivos fabricantes para que estes deem a destinação adequada.

§ 3° Os materiais descritos no inciso VIII deverão ser encaminhados para desmontagem, separação e reciclagem.

§ 4° Entendem-se como líquidos recicláveis os óleos ou fluidos de origem vegetal ou animal, utilizados em cozinhas residenciais, comerciais e industriais para preparação de alimentos, fabricados à base de soja, canola, milho, girassol, palma, amendoim, demais sementes oleaginosas ou gordura animal. Esses materiais podem ser utilizados para fabricação de produtos de limpeza ou combustíveis como, por exemplo, o “biodiesel”.

Art. 3° Todos os materiais recebidos pelos postos de coleta deverão ser separados para instituições sem fins lucrativos, conveniadas com as Associações de Pais e Mestres ou conveniadas diretamente com a própria instituição de ensino, com o objetivo de comercializar esses materiais e utilizar os recursos obtidos em prol de projetos educacionais na mesma unidade na qual foi recolhido.

Parágrafo Único. As unidades de ensino e as instituições sem fins lucrativos com estas conveniadas deverão encaminhar mensalmente à Secretaria de Estado da Educação e ao órgão ambiental designado pelo Poder Executivo relatórios de prestação de contas com os totais arrecadados em cada instituição de ensino, o resultado das ações comerciais totais no período, o repasse efetivamente realizado para essas instituições de ensino e os projetos desenvolvidos com os recursos, de acordo com a respectiva contribuição.

Art. 4° As instituições de ensino deverão desenvolver metodologia de gratificação aos alunos que participarem dos programas de entrega de resíduos recicláveis e conceder premiações de mérito, com o objetivo de educar, incentivar e perpetuar a participação de todos os alunos e da comunidade.

Art. 5° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A geração e a destinação dos líquidos e resíduos sólidos no meio ambiente tornaram-se algumas das principais preocupações mundiais. Isso ocorre devido ao crescimento do consumo de produtos industrializados, aliado à elevada utilização dos materiais descartáveis e ao aumento populacional dos Países em desenvolvimento, como o Brasil, que se refletem no aumento do volume de resíduos gerados. A quantidade de lixo produzida diariamente por um ser humano é de aproximadamente cinco quilogramas. Somando-se toda a produção mundial, os números são assustadores. Cada tonelada de papel reciclado representa 3m de área disponível nos aterros sanitários. A energia economizada com a reciclagem de uma garrafa de vidro é suficiente para manter acesa uma lâmpada de 100 Watts durante quatro horas.

Com a reciclagem de uma lata de alumínio economiza-se o suficiente para manter ligado um aparelho de televisão durante três horas. Uma garrafa plástica ou de

vidro pode levar 1 milhão de anos para se decompor e se reintegrar ao meio ambiente. Uma lata de alumínio, de 80 a 100 anos. A cada tonelada de papel produzida, 12 árvores são abatidas, sendo que uma tonelada de papel reciclado significa economia de três eucaliptos e 32 pinus, árvores usadas na produção de celulose. Porém, todo esse material pode ser reaproveitado, transformando-se em novos produtos ou matéria-prima, sem perder suas propriedades.

Separando todo lixo produzido em residências, comércios e indústrias, estaremos evitando a poluição e impedindo que a sucata se misture aos restos de alimentos, o que facilita seu reaproveitamento pelas indústrias e poupa os recursos naturais do planeta. Este projeto visa, além de imediata contribuição ao meio ambiente, a formar indivíduos críticos e participativos no que se concerne às questões ambientais, estimulando a sensibilização e a conscientização de toda a comunidade escolar (pais, alunos, educadores e colaboradores de forma geral) quanto à temática dos resíduos recicláveis, da coleta seletiva e da reciclagem, bem como seu reaproveitamento.

Para que um programa de educação ambiental comunitária obtenha sucesso, as instituições de ensino devem, em primeiro lugar, dar exemplo à comunidade, ensinando na prática como se faz a coleta e a destinação, demonstrando seus benefícios e suas vantagens. Para elaboração dessa ação, não se faz necessária nenhuma proposta pedagógica complexa. Esta prática deve ser trabalhada no cotidiano, como se fizesse parte da cultura comunitária, para que, assim, os alunos possam adquiri-la e implantá-la por livre iniciativa, inclusive em suas residências, mudando alguns hábitos e costumes, como o simples despejo do óleo de cozinha comum no esgoto, por falta de alternativa de descarte, o que representa, portanto, um enorme passo rumo à sustentabilidade ambiental.

PROJETO DE LEI Nº 475/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As agências e postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras localizados no Estado do Paraná devem proporcionar atendimento reservado aos clientes que manifestarem essa intenção.

§ 2º Não se enquadram nas exigências do *caput* deste artigo os caixas eletrônicos ou onde houver auto-atendimento por parte dos clientes.

Art. 2º As agências e postos de atendimento das instituições bancárias e financeiras devem manter dispositivos de emissão de senha para o atendimento reservado ou local de espera para este fim.

§ 1º O local destinado aos clientes que ficam aguardando atendimento reservado deve ser visualmente isolado dos caixas de atendimento comum e da área de circulação comum das agências e postos de atendimento dos estabelecimentos bancários e similares.

§ 2º O material que confecciona o atendimento individual e reservado deve ser compacto ou opaco de forma que não haja transparências ou frestas em que se possa visualizar seu interior da área de espera comum e reservada, e de circulação comum das agências e postos de atendimento dos estabelecimentos bancários e similares.

Art. 3º As Instituições Bancárias e Financeiras tem o prazo máximo de 90 (noventa) dias para adequarem suas instalações aos dispositivos desta lei, contados da data de sua publicação.

Art. 4º O descumprimento do disposto desta lei implicará em sanções aplicadas pelo Estado do Paraná, na seguinte forma:

I - em multa diária no valor de R\$ 1.000 (mil reais);

II - havendo reincidência, a multa importará em dobro.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Devido aos crescente número de assaltos na saída das agências e/ou postos de atendimento de instituições bancárias e financeira, após movimentações de saque envolvendo moeda em espécie, as estatísticas bem como a experiência mostra que entre as pessoas que aguardam na fila para serem atendidas pode haver um observador em conluio com assaltantes que identificam aqueles clientes que sacam determinadas quantias em espécie e repassam as informações, inclusive fotos através de celulares, ao restante da quadrilha que normalmente segue a vítima e acaba por realizar o assalto quando esta já se encontra fora do estabelecimento.

O cliente ao realizar a transação fica totalmente vulnerável e visível aos demais clientes e possíveis meliantes facilitando a identificação da futura vítima e dos valores envolvidos, desta forma, temos a certeza que um sistema de atendimento reservado para os clientes que assim se manifestarem, constituído de uma área de espera e de atendimento individual com anteparo colocado estrategicamente que possa isolar visualmente do restante da área da agência ou posto de atendimento evitaria o constrangimento dos clientes no momento da conferência dos valores sacados, como também vai contribuir para que esta modalidade de crime diminua de forma vertiginosa em nosso Estado.

PROJETO DE LEI N° 476/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Ficam as instituições bancárias e financeiras obrigadas a manter vigilância ostensiva pelo período integral de atendimento ao público e a instalar dispositivos de segurança nas agências, nos postos de serviço e nos quiosques dos caixas eletrônicos instalados no Estado.

Art. 2° Sem prejuízo de outros equipamentos, cada unidade de atendimento das instituições de que trata o artigo 1° desta lei deverá dispor de:

I - alarme sonoro a ser acionado pelo usuário do serviço em caso de emergência;

Art. 3° É vedado ao trabalhador incumbido de segurança o exercício de qualquer outra atividade no interior da agência.

Parágrafo Único. O trabalhador de que trará este artigo deverá usar colete à prova de bala nível 03, fornecido pela instituição bancária ou financeira.

Art. 4° Para se adaptarem às exigências desta lei, as instituições bancárias e financeiras disporão de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 5° O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades constantes no artigo 56 e seguintes da Lei Federal n° 8078, de 11/09/09.

Art. 6° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem o objetivo de criar novos mecanismos que proporcionem mais segurança aos consumidores que utilizam os serviços disponibilizados pelas instituições financeiras por meio das agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos espalhados por todo o Estado, visando coibir a atuação criminosa, especificamente no que se refere aos crimes contra o patrimônio cometidos em desfavor de usuários do serviço de autoatendimento bancário em caixas eletrônicos. A presença de funcionários que atuará como vigia durante todo o período em que for oferecido o serviço de autoatendimento nas agências bancárias de certo inibirá a prática de crimes, uma vez que toda a situação de perigo ocorrida naquele estabelecimento poderá ser comunicada aos organismos policiais com maior rapidez. Com a possibilidade de uma resposta mais ágil à atitude delituosa, a tendência é que o indivíduo reconsidere o impulso inicial de delinquir, chegando mesmo a desistir de sua empreitada criminosa. Da mesma forma, a determinação da ins-

talação de dispositivo sonoro cujo interruptor deverá ser posicionado ao alcance do usuário também serve ao fim de proporcionar maior segurança, já que se destina à promoção de uma comunicação primária entre aquele e o funcionário vigia, maiormente quando o expediente ordinário da agência já estiver encerrado. A fim de tornar eficazes as determinações apresentadas na proposição, incluiu-se a imposição de sanções, aplicáveis no caso de descumprimento, conferindo-se no entanto, prazo razoável para que estabelecimentos bancários se adaptem à ordem legal inovadora. Quanto à competência legislativa estadual para a matéria, as instituições financeiras vêm questionando a competência dos Estados e Municípios para legislar sobre a atividade bancária, em reiteradas oportunidades, sob o argumento de que as normas relativas ao sistema financeiro nacional devem ser editadas exclusivamente pela União. A referida tese, no entanto, não tem conseguido abrigo no Judiciário, que vem reconhecendo a competência privativa da União apenas editar normas que digam respeito ao sistema financeiro nacional, diferentemente, pois, das regras de funcionamento e segurança dos estabelecimentos bancários. Portanto, não existe controvérsia quanto à prerrogativa desta Casa Legislativa para dispor sobre a matéria, que diz respeito, exclusivamente, a proteção e segurança do consumidor. Com efeito, a Constituição da República., em seu artigo 24, insere entre as competências concorrentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, a edição de normas que digam respeito à produção e ao consumo, incluindo-se aí a responsabilidade por dano ao consumidor. Em reiteradas oportunidades, o STF tem reconhecido como de competência privativa da União a edição de leis que versem sobre o sistema financeiro nacional. Tem ressalvado, entretanto, as matérias de que cogita o projeto em comento, as quais, em verdade, tratam da proteção à vida e à saúde do consumidor, o que, a propósito, foi elevado à categoria de princípio, por meio da Lei Federal n° 8078, de 11/09/90, que contém o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, pronunciando-se o Supremo Tribunal Federal, que matéria dessa natureza não é privativa da União, mas passível de legislação concorrente, ou, ainda, relativa ao interesse local (AI-AgR 427373/RS - Relatora: Min. Cármen Lúcia - Julgamento: 13/12/06 - Órgão Julgador: Primeira Turma).

PROJETO DE LEI N° 477/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° As entidades organizadoras de concursos públicos devem enviar telegramas com entrega em mãos e mensagens de correio eletrônicas, vulgarmente chamadas de e-mail, se disponível no cadastro, aos candidatos aprovados em concurso público estadual, contendo o prazo, horário e local em que deverão se apresentar, nas seguintes convocações:

I - para entrega de documentação e encaminhamento aos exames médicos admissionais;

II - Para assumir o cargo na Administração Pública Direta e Indireta ou Autarquias do Estado do Paraná.

§ 1º A remessa dos telegramas com entrega em mãos e das mensagens eletrônicas tem caráter meramente supletivo, independentemente da publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, e não invalidando, sob qualquer aspecto ou motivo, o concurso público.

§ 2º O prazo para envio do telegrama e da mensagem de correio eletrônico deve ser anterior ou em igual data à da publicação da convocação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

§ 3º Deverão ser observados para os fins de remessa dos telegramas e mensagens de correio eletrônicas, os casos previstos nos regulamentos dos respectivos concursos públicos.

Art. 2º Os telegramas e as mensagens de correio eletrônicas serão enviados aos candidatos aprovados de acordo com a lista de classificação e em número suficiente às vagas existentes.

§ 1º Em caso de haver desistência serão chamados os candidatos imediatos, por ordem de classificação até o preenchimento das vagas.

§ 2º Os candidatos não classificados o que se refere o *caput* deste artigo devem ser informados pela entidade organizadora do concurso público sobre sua: nota, classificação, a data de validade do referido concurso.

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, tendo como fonte de custeio parcela da taxa de inscrição para esse fim destinada.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

O concurso público deve oferecer todas as possibilidades de acesso ao cidadão e observar os princípios constitucionais da publicidade, da impessoalidade, da isonomia e da moralidade, entre outros aplicáveis à espécie. Não basta a mera divulgação dos concursos e de seus resultados, assim como a convocação de candidatos para outras etapas através do órgão oficial do Estado.

A publicidade de todos os eventos do concurso, particularmente o dia da prova, os resultados, o direito de recursos e a convocação dos aprovados para a posse ou para novas exigências, têm de ser a mais ampla possível de modo a assegurar que todos os interessados tenham conhecimento deles com a antecedência necessária.

Atualmente, a forma de informação sobre o concurso, via de regra se dá pelo Diário Oficial do Estado do Paraná e muitos concursos executados já trazem em seu regulamento outras formas de comunicação, como a mensagem de correio eletrônico (e-mail) ou através de jornais de grande circulação, inclusive o telegrama.

Entretanto, não há uma norma no Estado do Paraná que traga isonomia na forma de comunicação nos concursos públicos determinado às entidades organizadoras que comuniquem aos candidatos sobre a sua aprovação, contratação ou que não serão. No caso daqueles que não foram classificados dentro do número de vagas e não serão contratados de imediato, deve-se uma explicação, uma satisfação, pois, pagaram suas taxas de inscrições e é muito cômodo para essas entidades receberem o valor das inscrições que geralmente não é pouco, organizarem o concurso e não ter nenhum compromisso de comunicar a esses candidatos a situação de cada um.

Este projeto de lei apenas regulamente para que todos os concursos possuam a isonomia de informação e transparência já aplicados em alguns.

PROJETO DE LEI Nº 478/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica inserido no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Bom Sucesso, no Município de Guaratuba, que se realiza anualmente entre os dias 29 do mês de janeiro a 01 de fevereiro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa inserir esta tradicional Festa, que ocorre anualmente e reúne um incontável número de fiéis, que comemoram com novenas, procissões e missas, onde são distribuídas inúmeras graças e favores.

Portanto a necessidade de inclusão deste evento no calendário é facilmente constatável, ao que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 479/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica inserido no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, a Festa de São Sebastião, no Município de Morretes, que se realiza anualmente entre os dias 24 a 25 do mês de janeiro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa inserir esta tradicional Festa, que ocorre anualmente, em louvor ao santo e reúne um incontável número de fiéis, que comemoram com novenas, procissões e missas, onde são distribuídas inúmeras graças e favores.

Portanto a necessidade de inclusão deste evento no calendário é facilmente constatável, ao que solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 480/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Toledana de GRD, com sede e foro no Município de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Toledana de GRD, fundada em 26/05/99, é uma sociedade civil de interesse público, sem fins econômicos, de direito privado, com sede na rua do Cedro, 873, Jd. Paraíso, Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Com estatuto devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Toledo/PR, sob o nº 864, em data de 17/08/99, e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 03.341.818/0001-66, tem como principal objetivo promover e favorecer a prática da GRD, como ramo importante da cultura física, zelando pelo progresso das Ginastas, promovendo ou facilitando intercâmbio esportivo entre os mesmos.

Composto por pais de ginastas e gisnastas, a Associação tem prestado relevantes serviços, com muita responsabilidade social, proporcionado pelo Projeto de Iniciação e Treinamento de Ginástica Rítmica, às crianças e adolescentes uma atividade esportiva no contraturno escolar, trabalhando ações motoras naturais do homem (correr, pular, saltar, girar, rolar, equilibrar-se, etc), trabalhando valores importantes na vida do cidadão: respeito, humilde, companheirismo, disciplina, cumprimento de horários entre outros, promovendo também a capacitação dos profissionais, com cursos de arbitragem, palestras com nutricionistas, encontro com terapeutas, psicólogos e palestras de motivação.

Trata-se de entidade merecedora do apoio da Assembleia Legislativa, com aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública, pela sua importância, representatividade e formação de jovens que realizam ações na comunidade e exercitam dentro do grupo e na relação com a sociedade, práticas corretas e de formação educacional.

PROJETO DE LEI Nº 481/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Esportiva Juventus, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Esportiva Juventus - JVT é uma entidade de caráter comunitário, sem fins lucrativos, voltada à realização de atividades esportivas, sociais, culturais e educativas, através de projetos que visam promover a saúde humana, particularmente através da prática de esportes.

As atividades realizadas contribuem para os processos de organização e conscientização das comunidades atendidas com vistas à promoção da saúde e a integração comunitária.

A declaração de utilidade pública estadual a esta entidade é elemento de grande importância para o seu fortalecimento e prosseguimento de suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 482/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder reversão ao patrimônio do Município de Marechal Cândido Rondon, do Lote Urbano nº 8, da Quadra 44, situado na rua Presidente Castelo Branco, matriculado sob nº 18.492, ficha nº 01, do livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º A área em questão deverá ser utilizada exclusivamente para a instalação de serviços públicos municipais, ficando tal imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/09.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A proposição de lei que ora temos a elevada honra de se submeter à apreciação e soberana deliberação desse nobre e esclarecido Legislativo, diz respeito à doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná, registrado sob a Matrícula nº 18.492, ficha nº 01, do livro nº 02, sob o Lote Urbano nº 08, da Quadra nº 44, no Registro de

Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon, situado à rua Presidente Castelo Branco, esquina com rua Goiás, ao patrimônio do Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

O imóvel em questão pertencia originalmente o Município e foi doado ao Governo do Estado, para ser utilizado como moradia do Juiz da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Por meio do ofício nº 171/07, de 28/11/07, assinado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, J. Vidal Coelho, direcionado à Secretaria de Estado da Administração e Previdência, foi manifestado não haver mais interesse no imóvel, com a consequente devolução do mesmo.

Em 10/08/09, a Exma. Juíza Berenice Diretora do Fórum da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Berenice Ferreira Silveira Nassar, enviou ofício de resposta ao Poder Executivo Municipal, sob o nº 159/09, no qual esclarecia que o Fórum apenas mantinha sob seus auspícios as chaves do referido imóvel, as quais não haviam sido retiradas pela SEAP.

Já em 18/08/09, por meio do Ofício nº 364/09, à Exma. Juíza de Direito da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Berenice Ferreira Silveira Nassar, explicitou-se a necessidade de retificar o equívoco da época, de que estaria à disposição do Poder Judiciário, onde deveria constar Estado do Paraná.

Finalmente, em 21/08/09, a Juíza ora citada afirmou via Ofício nº 165/09 - DIR estar impossibilitada de atender o contido no Ofício nº 862/09, da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, encaminhando as chaves à SEAP, mas sugerindo ao Poder Executivo Municipal que pleiteasse a cessão do imóvel junto ao Governo do Estado, razão pela qual se propõe este projeto de lei.

A doação do referido imóvel faz-se necessária para atender projeto de interesse social da sociedade rondonense.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do Senador Álvaro Dias, que hoje visita esta Casa, bem como do Deputado Ricardo Barros e do Deputado Federal Nazareno Fontelles do PT, Presidente Nacional da Frente Parlamentar de Segurança Nacional, que irá fazer um convite aos Srs. Deputados, daqui a pouco.

A Sessão de hoje inicia-se mais tarde em virtude da Comissão de Constituição e Justiça ter demorado, o que é natural, para apreciar o tema a respeito da Lei Antifumo. Por esta razão, não poderíamos iniciar a nossa Sessão. Daí o porquê do nosso atraso. Vamos, sempre que possível, solicitar à CCJ que termine suas Sessões dentro do prazo regimental, às 14h30.

Quero dizer aos Srs. Deputados, hoje, que vamos iniciar a Sessão concedendo a palavra ao Magnífico Reitor do Instituto Federal do Paraná, Dr. Alípio Leal, que irá usar como se fosse o Grande Expediente, e explico.

O Dr. Alípio Leal iria fazer uso da palavra na Sessão de quinta-feira, mas como ela foi antecipada para quarta-feira o ouviremos hoje. Quero dizer, como paranaense, da importância deste Instituto Federal do Paraná que, em nível de Educação, tem dado e seguramente dará uma contribuição muito grande ao nosso Estado, à nossa Capital e ao interior.

Em um caso especial a Assembleia Legislativa envidará todos os esforços para que possamos ter algumas parcerias futuras. Tudo o que for possível, através da Comissão Permanente de Educação desta Casa e dos 54 Deputados, para que possamos juntamente com o Governo do Estado, que já é um grande parceiro do instituto, tudo o que pudermos fazer para aumentar essa nossa parceria, o senhor pode contar conosco.

Concedo a palavra, neste instante, ao Dr. Alípio Leal, Reitor do Instituto Federal do Paraná.

Sr. Alípio Leal

O SR. ALÍPIO LEAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria muito de agradecer pelo espaço ora concedido ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná. Uma conquista para o nosso Estado, que vem ao encontro de uma necessidade premente em relação à formação profissional, tão necessária para o desenvolvimento do nosso Estado.

O Instituto Federal do Paraná nasce da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, que tem sua origem remontada ao ano de 1869. Portanto, uma escola do tempo ainda do Império. A antiga Escola Alemã, que em 1914 passou a denominar-se Colégio Progresso, depois Academia Progresso. E em 1941 foi integrada à Faculdade de Direito de Curitiba da Universidade do Paraná, como Escola Técnica de Comércio.

Em 29 de dezembro de 2008 foi publicada a lei sancionada pelo Presidente da República, transformando a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná em uma nova autarquia, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que juntamente com outros 37 institutos, em todo o território nacional, renova, transforma e revigora a Rede Federal de Educação Profissional. Rede essa iniciada em 1909, por ato do Presidente Nilo Peçanha, que começava com apenas 18 unidades e que chegou até 2002, à marca de 140 Unidades de Educação Profissional em todo o território nacional. Um número expressivo, mas porém muito pequeno para a realidade nacional e para aquilo que o País necessita em termos de investimentos para a preparação dos nossos jovens para o desenvolvimento social, desenvolvimento humano, desenvolvimento político e desenvolvimento econômico.

Até 2002, portanto, 140 unidades. De 2002 para cá já foram inauguradas mais de 70 novas unidades e até o final deste ano devemos completar, só no ano de 2009 100 unidades para completar o ciclo de 100 anos de existência da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Até o final de 2010 são 214 novas unidades e chamamos a atenção da importância do instituto, por que? Uma nova estrutura, uma estrutura voltada para a nossa realidade, uma instituição de ensino criada, gerada e pensada por brasileiros para a realidade brasileira e para atender aos brasileiros, respeitando os fundamentos da pedagogia de todos os tempos, da filosofia, mas como fundamentos de uma nova instituição que vem para trabalhar de forma mais flexível para dar condições de formação de um novo pensamento, de uma nova realidade, com uma flexibilidade que atenda melhor as nossas necessidades.

E esses institutos, então, no Brasil e aqui no Paraná são concebidos como instituições de natureza jurídica de autarquia, detentoras, portanto, de autonomia e independência administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. E se definem como instituições de educação superior, de educação básica e de educação profissional.

Organizadas de forma pluricurricular e multidisciplinar esses institutos se especializarão na oferta da educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino e com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, adaptados às melhores práticas pedagógicas, integrando a educação profissional e tecnológica a todas as modalidades e todos os níveis de educação.

O financiamento dessas instituições é um financiamento público e a educação profissional, como toda educação é como reza a nossa Constituição, é um direito de todos. Como princípio norteador, a nossa instituição, o Instituto Federal do Paraná traz o foco na justiça social, na equidade, na competitividade econômica e geração de novas tecnologias.

Ágil e eficaz nas respostas de formação profissional, na difusão do conhecimento científico e tecnológico e no suporte aos arranjos produtivos, sociais e culturais. Ágil também em conhecer a região em que está inserido e responder aos anseios da sociedade.

Esses institutos são formadores e fomentadores do diálogo dentro do nosso território aqui no Estado do Paraná e em todo o território nacional.

O papel central dos nossos institutos, devem colher na cidadania e na ética os princípios e valores, constituindo um marco nas políticas de educação, revelando uma dimensão de educação profissional, alinhada com as políticas de inclusão e com um projeto de Nação.

Em relação ao Paraná temos, no texto da lei, aprovadas sete unidades, sete *campus*. Inicialmente eram apenas seis *campus*. Com a inclusão da escola técnica como unidade geradora no instituto no Estado do Paraná passamos a ter sete *campi*. Portanto, Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu, Umuarama, Paranaíba, Jacarezinho e Telêmaco Borba.

Desde o início das nossas atividades, já foi incorporado uma nova unidade de Londrina. Portanto, já

temos hoje oito *campi* devidamente autorizados. Funcionando, temos Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu e Londrina. Umuarama, Paranaíba, Jacarezinho e Telêmaco Borba começam a funcionar efetivamente presencialmente a partir de março do ano que vem. As obras estão em andamento e com previsão de conclusão para os meses de janeiro e fevereiro de 2010. Em novembro deste ano, no dia 22 de novembro estaremos fazendo já o teste seletivo para o ingresso em todas as nossas unidades devidamente autorizadas.

Mas, o Paraná perdeu espaço mais uma vez e é isso que nos traz a esta tribuna e a esta Casa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para trazer a importância desta instituição para o desenvolvimento do nosso Estado. Mas também e principalmente, para que tenhamos a clareza de que o Paraná não pode se calar e não pode se conformar, mais uma vez com um pequeno número de *campi* que nos foi destinado. E nessa perspectiva já temos caminhado juntamente com o Governo do Estado e com os Municípios do Estado do Paraná, alguns deles, para consolidar uma rede maior. Temos então a condição muito especial, de podermos efetivamente aumentar dentro de uma perspectiva de uma expansão daquilo que está proposto. Podemos com recursos municipais, com recursos do Governo do Estado ampliar a nossa rede federal aqui no Estado do Paraná.

Uma parceria muito importante com o Governo do Estado está permitindo, por exemplo, a federalização da UNICS do Centro Universitário de Palmas que vai tramitar aqui inclusive por esta Casa. Daí a importância de que os Deputados estejam esclarecidos sobre o que está acontecendo. O Governador já se dispôs a desapropriar aquela área e aquelas edificações pertencentes ao Centro Universitário de Palmas, para que esse Centro Universitário possa se incorporar com mais um *campus* do Instituto Federal do Paraná. As negociações no Plano de Executivo tanto Estadual quanto Federal, entre o Governador e o Ministro já andam a passos largos. Naturalmente que isso vai depender do referendo desta Casa, quando o projeto para cá vier, para se fazer o aporte deste investimento e que nós entendemos provavelmente vai encontrar o apoio necessário para que possamos efetivamente integrar Palmas a esses *campus*.

Outro aspecto importante também em relação a outros Municípios, porque as regiões do Paraná não foram devidamente consideradas na hora da distribuição desse *campus*. E regiões, por exemplo, como o Centro-Sul do Paraná e o Sul do Paraná simplesmente não estavam atendidos. E vemos a importância de Palmas, temos a importância também de Irati. Está aqui o Deputado Felipe Lucas, que tem sido intermediário junto com o Prefeito, onde se trabalha também celeremente a possibilidade de ocupação de um espaço de uma outra estrutura privada que está sendo desapropriada pelo Município de Irati, para integrar os Campus Instituto Federal.

Além de Palmas, Irati a nova perspectiva também está colocada para Campo Largo. Uma área de mais de 10 mil m², aonde vamos em parceria com o Governo do Estado e com a Prefeitura de Campo Largo, vamos constituir um grande centro de cultura de esporte e de lazer e, principalmente, de educação. Um centro cultural de educação, ciência e tecnologia.

Onde teremos um centro de convenções, teremos esse centro esportivo já avançado. Teremos a oportunidade então, de atender, inclusive, várias indústrias aqui da Região Metropolitana de Curitiba, em cursos específicos para tanto.

Além de Campo Largo, temos também a previsão de instalação de uma unidade na Lapa. Isso no primeiro momento como unidades estendidas. Dentro daquilo que está sendo aportado pelo Governo Federal. Dentro dessas parcerias com o Governo do Estado e com os Governos Municipais.

Outra unidade a ser instalada também será a unidade de Ivaiporã, bem no centro do Paraná, aonde não temos atendimento nenhum, nem por conta do instituto e nem por conta da universidade tecnológica, mas que vem preencher também esse espaço.

Outra unidade também em Assis Chateaubriand, Cascavel e em Irati. Compondo então esse centro a partir de Irati nós vamos subindo, centro e descendo até o Sudoeste.

Essa nossa estrutura hoje, assim colocada, ela está atendendo 2 mil e 300 alunos presenciais. Porque com a saída da escola técnica de dentro da universidade uma parte dela ficou na universidade. Então, estamos agora num processo de reconstrução da nossa base de alunos presenciais, mas que se amplia na medida em que tenhamos realização do nosso teste seletivo, já a partir do dia 22 de novembro.

São mais de 18 mil alunos à distância, são mais de 240 pontos presenciais por teles-salas em todo o Estado do Paraná. São quatro unidades já em funcionamento, como eu disse: Curitiba, Paranaguá, Foz do Iguaçu e Londrina. São 32 cursos já autorizados a funcionar de acordo com os Arranjos Produtivos Locais. Portanto, estaremos ofertando esses cursos.

Assim, podemos afirmar que já para o ano de 2010 poderemos atender presencial e também à distância mais de 40 mil alunos no Estado Paraná.

Portanto, um fato importante que tem que ser de conhecimento desta Casa e também para que possamos reivindicar que essas unidades estendidas, temos sete unidades que são denominadas *campus* que têm uma estrutura e uma infraestrutura mais robusta. Como estamos criando unidades estendidas, estamos fazendo os recursos desses sete *campi* que temos. São mais sete unidades estendidas. Isso tem que ter um apoio político forte, tem que ter uma presença forte do Paraná junto ao Governo Federal, para que possamos, na terceira fase da expansão

dessas Unidades de Educação Profissional e Tecnológica, fazer com que esses nossos espaços possam se transformar em *campus*, com toda a infraestrutura e também, porque não, sonhar com outros espaços para preencher definitivamente esse vazio no Estado do Paraná.

A possibilidade existe, é concreta e é exatamente nisso que estamos trabalhando. Porque diferentemente de outros Estados, o Rio Grande do Sul ganhou três institutos, o Estado de Santa Catarina ganhou dois institutos, o Estado do Rio de Janeiro dois institutos, o Estado da Bahia dois institutos e Minas Gerais, como não poderia deixar de ser, ganhou cinco institutos.

Quando colocamos isso em número de vagas de docentes e em número de vagas de técnicos administrativos, vemos que efetivamente o Paraná ficou desconsiderado. Ou seja, a nossa força de trabalho, a nossa representatividade dentro da Federação, como unidade produtora, como unidade que tem uma expressão e que tem que ter uma resposta para essa contribuição que damos para a Nação, não foi considerada devidamente e é isso que faz com que teimemos em convocar essa expansão para a terceira fase.

A primeira fase foi a reconstrução daquelas unidades mais antigas que já existiam dos CEFETs e das Escolas Agrotécnicas em todo o Estado do Paraná. A segunda fase é essa expansão que falei, as 214 novas unidades, mas começamos a terceira fase aqui no Paraná, com sete novas unidades, e outros Estados estão caminhando também na mesma direção. Ou seja, se não formos céleres, se não formos unidos e se não estivermos atentos, novamente perderemos espaço.

Então, nesse sentido gostaria de dizer que podemos e devemos trabalhar nos eixos da produção industrial e também de controle em processos industriais em toda a área da indústria, na área do ambiente, Saúde e Segurança, na área da agricultura, da águaecologia e da aquicultura, na área de serviços, nos eixos de hospitalidade e lazer, informação e comunicação, infraestrutura, produção alimentícia, produção cultural, recursos naturais e assim por diante.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, essa é a realidade que enfrentamos, é a realidade que temos, que já é muito boa para quem não tinha quase nada. Para quem tinha apenas e tão-somente duas Unidades Federais de Educação neste Estado, temos hoje a Universidade do Paraná, a Universidade Tecnológica do Paraná, o Instituto Federal do Paraná, a UNILA, que está se instalando em Foz do Iguaçu, e a Universidade de Fronteira Sul, com dois *campi*, sendo um em Realeza e outro em Laranjeiras do Sul. Já melhorou bastante, mas pode melhorar muito mais.

Dito isso, Sr. Presidente, coloco-me à disposição para eventuais questões, manifestações, sugestões e críticas por parte dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Interpeladores

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana, posteriormente o Deputado Péricles e o Deputado Felipe Lucas.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, não poderia deixar passar este momento de cumprimentar o professor Alípio Leal, a quem estimo e respeito pelo excelente trabalho que tem feito à frente da nossa Universidade Federal. É visível o avanço que se tem na possibilidade de cursos através de Institutos de Educação Federal, através de Institutos Tecnológicos instalados no nosso Estado, mas queria destacar aqui um fator importante, que a Universidade Federal, através do instituto, irá solucionar no Estado do Paraná.

Esta Casa, a Assembleia Legislativa, diversas entidades, pessoas individualmente, professores e alunos que viveram muito tempo com um dilema quanto ao registro de diplomas da VIZIVALI. São aproximadamente 35 mil alunos que fizeram um curso, concluíram um curso, receberam uma certificação e estavam com dificuldade, ou até mesmo com a impossibilidade, do registro desses seus diplomas. E através de todas essas entidades que mencionei e principalmente da Assembleia Legislativa, houve uma movimentação muito grande com reuniões regionais, com viagens a Brasília, e foram mantidas acaloradas essas discussões, para que finalmente, numa participação do Governo do Estado do Paraná, atendendo os anseios de todas essas pessoas envolvidas, e pelo conhecimento, pela disposição, pelo espírito público de V. Exa. na Universidade Federal do Paraná, parece-me que esse assunto está a ponto de solução, num entendimento do Governo do Estado com o Ministério da Educação, tendo a Universidade do Paraná, através dos seus institutos, a complementação dessas aulas e o registro desses diplomas. Nada disso, prezado professor Alípio, seria possível se não existisse V. Exa., esse espírito conhecido dos paranaenses, há muitos e muitos anos, de buscar soluções para problemas que afligem a nossa gente.

Então, queria registrar isso, Sr. Presidente, em meu nome particular, em nome desta Casa, em nome daqueles que concluíram o curso, na certeza que V. Exa. encontrará o mais desburocratizado dos caminhos, o mais eficiente da complementação, e o respeito a esses que já precisam tanto que haja, através da Universidade Federal do Paraná, o registro dos diplomas.

Parabéns, professor Alípio.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente cumprimentar o Reitor do Instituto Federal do Paraná, Alípio Leal Neto, pela sua presença, demais dirigentes, professores do instituto.

Em primeiro lugar merece elogio a sua postura, não só pelo fato do senhor ter trazido informações importantes para esta Casa, mas o senhor trouxe mais que informações e esclarecimentos, trouxe uma bandeira paranista, trouxe para este Poder Legislativo uma bandeira. Acho que todos os Deputados vão empunhar bem forte essa bandeira.

Eu poderia começar falando de Ponta Grossa, temos aqui uma bancada de quatro Deputados de Ponta Grossa, mas certamente os outros Deputados também vão apoiar muito essa bandeira que o senhor levantou. Assim como tem uma extensão em Londrina do *campus* de Paranaíba, Ponta Grossa pode, como apoio da Prefeitura, do Governo do Estado, lutar pelo seu *campus*. É uma bandeira para a Cidade. Acho que isso é de extraordinária importância, porque o Instituto Federal traz uma nova realidade social para o Paraná e para o Brasil.

Nós que analisamos a crise por que passa a Educação brasileira, principalmente no ensino médio, professor Alípio, sabemos a necessidade da educação profissionalizante voltada às localidades locais. Então, parabéns ao senhor por essa tarefa, esse empenho tão grande que o senhor está realizando.

Recentemente fui convidado pelo professor Emanuel Apel, estive participando de uma discussão com o senhor, uma equipe de professores, de resgate da memória ferroviária do Paraná. Também uma coisa que o instituto já encampou. Então, parabéns, e queria também, como disse o Deputado Caíto, nós lutamos dois anos, de todas as formas possíveis e imagináveis, nesta Casa, para poder resolver o problema de 35 mil professores que fizeram o curso da VIZIVALI, elaboramos uma legislação que foi aprovada, derrubado o veto governamental, fomos várias vezes a Brasília, conversamos com o Ministro, demos uma visibilidade maior a esse problema, mobilizamos os professores.

Tenho informações, e acho que o senhor poderia falar sobre isso para nós todos pela Rede TV Educativa, que já no mês de outubro de 35 mil professores começarão a se matricular, porque o instituto, a ele compete o reconhecimento do profissional, ele pode convalidar as disciplinas feitas no curso da VIZIVALI, que são 2 mil 890 horas. E com uma carga complementar esses professores terão o diploma de uma universidade reconhecida e respeitada, como já nasce o Instituto Federal do Paraná.

Então, parabéns ao senhor e a todos os professores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Alípio - Reitor da Universidade Tecnológica do Paraná e sua equipe que o acompanha, queremos cumprimentá-los pelo novo ciclo do Paraná, de um novo desenvolvimento do Paraná, especialmente pela forma como sua equipe atende a Educação do Paraná. A sua colocação aqui faz com que possamos ter uma união de todos os Deputados Estaduais, Federais, Senadores e Governador do Estado, enfim a equipe do Paraná, para que se tenha um trabalho mais justo, haja vista que vocês estão fazendo um trabalho excelente.

Queria dizer que Irati sente-se alegre de estar parcialmente contemplada. Estão fazendo um trabalho muito grande. Hoje vai para uma segunda votação na Câmara Municipal, a aquisição da UNIRATI. A faculdade que foi construída e que será doada ao Governo Federal. Com toda certeza todas as regiões do Paraná sentem-se alegres hoje, estamos vendo que todas as regiões foram abrangidas pelo seu trabalho, pela sua equipe, de dar uma outra forma de desenvolvimento ao Paraná. Fala-se sempre Pato Branco antes da escola técnica e depois da escola técnica.

Com certeza o Paraná será diferente depois desse trabalho que vocês estão fazendo. Parabenizamos o Governo Federal, temos uma grande ajuda do Deputado Ângelo Vanhoni. Agradeço em nome da Região Sul, Centro-Sul que terão um novo impacto na Educação.

Muito obrigado Alípio e sua equipe.

Deputado Antonio Anibelli (PMDB)

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Agradeço a visita dos companheiros da Universidade Federal do Paraná. A você Alípio, meu colega do MDB. A sensibilidade do político faz com que você venha a esta tribuna explicar aos nossos Deputados, representantes do povo do Paraná de todas as regiões deste Estado.

Faço essa intervenção para dizer a diferença do Governo Lula e Governo Roberto Requião. Para lembrarmos a história das criações das universidades neste País. Quando o Rio Grande do Sul teve presidentes da república, o Estado do Rio Grande do Sul tem 9 universidades. Os Estados mais antigos Minas Gerais tem uma série de universidades. E o Paraná pelo seu acanhamento talvez não pode ter mais universidades. Um Estado que teve Ministros da Educação no Brasil e que não tiveram a autenticidade ou a inteligência de trazer ao Paraná mais universidades. Poderia ter sido criada uma segunda ou terceira universidade federal quando Ney Braga foi Ministro, quando Suplicy de Lacerda também foi. Nós ficamos para trás. E agora, estamos resgatando esse tempo perdido. Sabemos que, com a Educação paga que hoje virou comércio, sabemos que assim mesmo a Educação vai prosperando. O Estado do Paraná com as suas faculdades estaduais gratuitas atrai brasileiros do Brasil

inteiro para cá, tomando vagas de filhos de trabalhadores, de pessoas que nasceram aqui, que derramam seu suor, ganharam a vida e seus filhos, às vezes, não têm condições de passar num vestibular.

Alípio, com que grandeza sentimos sua presença e a visita ilustre dos demais companheiros de universidade. Ficamos orgulhosos de saber porque lutamos muito pela federalização da UNICS. Estivemos ao lado do Deputado Vanhoni, em várias reuniões, participando e dando a nossa contribuição de dizer que Dom Agostinho Sartori é uma das pessoas mais nobres, inteligentes e de respeito neste Estado. Assumimos o compromisso de trazermos as reivindicações da UNICS e entregarmos nas mãos do Governador Requião. Hoje por meio do trabalho do Governo Federal, da nossa universidade, estamos chegando à conclusão, Presidente, porque amanhã será assinado, transferido ao patrimônio do Instituto Federal de Educação, se não é bem isso me corrija, mas será o patrimônio que é um dos maiores patrimônios.

Quando defendemos a inclusão da UNICS na fronteira sul da universidade fomos criticados por querermos ampliar e, talvez, essa universidade tivesse sido muito mais potente com o patrimônio não só físico como cultural da Cidade de Palmas e da Cidade de Centenária, que foi a primeira faculdade do Sudoeste. Então, nós paranaenses que somos nascidos naquela região nos sentimos orgulhosos de ver você, Alípio, posso chamá-lo assim porque sou seu amigo, vir anunciar a esta Casa o avanço que não só o Paraná, mas o Governo Federal, transmite aos paranaenses, aos brasileiros.

E chega de fazer barganha política em Brasília. Não sou contra o Presidente Sarney, mas quando ele levou universidade para o Maranhão, quando Inocêncio de Oliveira levou universidade para Pernambuco, eles estavam trabalhando pelos seus Estados, e não tivemos a competência de trazer ao Paraná. Por isso, hoje, estamos nos redimindo, com a qualidade da inteligência dos homens que dirigem as nossas universidades federais, o Governo do Estado, o Presidente Lula, o Governador Requião, os nossos Secretários, trazendo a nossa gente, cansada de pagar faculdades particulares, a esperança de poder ver um filho galgar um galardão maior, um nível superior.

Parabéns a esta Casa, Presidente, por ter recebido tão ilustres personalidades! Parabéns a você, Alípio! E parabéns à educação do Paraná e do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Dr. Alípio para suas despedidas, ao tempo em que agradeço o pronunciamento de todos os Deputados, a maneira fidalga com que recebemos hoje aqui, com muito orgulho, professor Alípio, a presença do senhor, bem como de toda sua comitiva aqui, que realmente orgulha o nosso Estado. E não tenho dúvida que o caminho é esse mesmo. O mundo já aprendeu que é esse o caminho e não podemos fugir dele.

Concedo a palavra a V. Exa. para suas despedidas.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, sem querer ser inconveniente, mas me permitiria apenas um minuto?

(Assentimento)

Prometo que é só um minuto, Sr. Presidente. Apenas para poder registrar, em nome da Liderança do Governo, a satisfação de poder vivenciar este momento importantíssimo. São paranaenses que, há muito tempo, contribuem com o ensino do nosso Estado. Indiscutivelmente, é uma grande boa nova essa que estamos vivenciando, aqui no Estado do Paraná, até por conta das decisões sábias e muito oportunas do Presidente Lula.

Quando vejo da tribuna desta Casa o Dr. Alípio Leal, que é uma pessoa que conheço há tantos anos, enfim, que há mais de 30 anos nos conhecemos.

Parabenizar a todos. Dizer que é uma satisfação muito grande. Para o Paraná são muito importantes os Institutos Federais de Educação Tecnológica, que criam um ambiente extremamente importante. O Governador Requião tem estado muito satisfeito, com essa ação muito importante. Parabenizar a liderança do Dr. Alípio, com todos os demais integrantes, amigos e conhecidos de tantos anos, que certamente contribuem muito com a Educação dos nossos jovens, dando uma oportunidade na vida de quem precisa. Por isso é importante vivenciarmos aqui este momento.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o professor Alípio Leal.

O SR. ALÍPIO LEAL

Gostaria de agradecer as manifestações dos Deputados Caíto Quintana, Péricles, Felipe Lucas, Anibelli e Romanelli. Dizer que é sempre uma satisfação voltar a esta Casa. Tive o privilégio de receber no ano passado, uma homenagem desta Casa. Penso que é função do servidor público, de todos os níveis da Federação, dar a justa contribuição àquilo que efetivamente lhe compete, em relação ao seu mister de trabalhar pelo bem comum, de servir ao povo.

Tivemos o privilégio de sermos convidados pelo Ministro da Educação, para encampar essa luta do Instituto Federal, aqui, no Estado do Paraná. Quando voltamos a esta Casa e vemos o companheiro Anibelli, ainda do tempo MDB; os companheiros Neivo Beraldin e Mauro Moraes, colegas da Câmara Municipal de Curitiba; o companheiro Romanelli, dirigente do PMDB à época, enfim, vários companheiros conhecidos que estão, hoje, como Deputados, honrando seus mandatos, em prol da sociedade paranaense.

Brincava ainda há pouco com o Deputado Osmar Bertoldi, dizendo que não os invejo. Porque sei, porque fui Vereador, das dificuldades, às vezes da incompreensão que a sociedade tem com o Legislativo, a má-vontade que se tem com aqueles que produzem a defesa dos nossos interesses. É no Parlamento que isso acontece, a verdadeira caixa de ressonância de todos os anseios e aspirações da sociedade reverberam, exatamente, nesse espaço, quando vejo tantos companheiros, tantas pessoas que têm trilhado e cruzado os nossos caminhos.

Sr. Presidente, gostaria de dizer somente que quando fui para o caminho da política, na busca de uma carreira, de um mandato, buscava a defesa de uma bandeira, que era a Educação. Percebi que esse não era bem o caminho que eu deveria seguir e por isso abandonei o caminho político. Mas, cheguei pela outra via e me sinto feliz, hoje, em poder estar aqui trazendo todas essas notícias a todos os senhores.

Ao Deputado Anibelli deixar claro, que amanhã, o Governador estará efetivamente anunciando a desapropriação dessa área e, provavelmente, também estará anunciando, Deputado Péricles, o seu entendimento com o Ministro, para que possamos dar atendimento a essas questões do IESDE, em relação a VIZIVALI. Foi um equívoco cometido, histórico, companheiro Romanelli. O instituto pode e deve servir como instrumento da própria sociedade, para resolver uma questão social de relevância deste porte.

Do que depender do Instituto Federal do Paraná, da nossa equipe e o que depender do Ministério da Educação - temos isso garantido na palavra do Ministro, que tendo em vista a relevância dessa questão social colocada - teremos o encaminhamento adequado, com o apoio do Governo do Estado, que deve ser anunciado amanhã.

Portanto, são boas notícias e fica aqui o meu apelo para que estejamos mais atentos, independentemente, já que somos pluricurriculares, somos *multicampi*, sejamos também suprapartidários, sejamos todos pelo partido da educação e que possamos somar esforços, apoios, multiplicar as nossas potencialidades para que efetivamente esta nova entidade possa ser reforçada nesse seu nascimento, para que possa dar uma resposta ainda maior e melhor ao Estado do Paraná.

Meu agradecimento a todos e colocamo-nos, como nossa equipe, à disposição de todos para conhecer mais de perto a nossa proposta, visitando nosso espaço e discutindo as nossas questões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado, professor Alípio, seja sempre bem-vindo a nossa Casa. Sucesso!

Atendendo convite da Deputada Luciana Rafagnin, concedo neste instante a palavra ao Deputado Nazareno Fontelles, que vem fazer um convite a todos, a todas as senhoras e a todos os senhores aqui da Casa.

Com a palavra o Deputado Nazareno Fontelles.

Deputado Nazareno Fontelles

O SR. NAZARENO FONTELLES

Boa-tarde a todos e a todas, cumprimentar o nosso Presidente Nelson, é um prazer estar aqui pela primeira vez, sou do Piauí e estou presidindo a Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional no Congresso Nacional, que fundamos em 2007 e de lá para cá essa bandeira do direito à alimentação, às políticas públicas ligadas à esta área da segurança alimentar e nutricional, temos procurado ajudar a tramitar no nosso Congresso, sempre com os braços dados com os outros Parlamentos e com a sociedade civil organizada.

Aqui no Paraná a Deputada Luciana criou nesta Casa, com a ajuda de diversos companheiros e companheiras aqui do Parlamento Estadual, a Frente de Segurança Alimentar. Lá em São Paulo também, no Estado vizinho, tem lá o nosso Deputado Simão Pedro dando esta contribuição, e esta ideia de frente tem crescido. Até estamos sugerindo que as Associações Estaduais de Vereadores e Prefeitos também possam construir isto, porque as políticas públicas tendem a avançar nesta direção, como é o caso da recente aprovação da lei que trata do programa da alimentação escolar, onde na primeira versão eu fui relator, mas daí o Senado teve suas dificuldades e o Presidente Lula fez a Medida Provisória nº 455, que hoje é lei que vai fazer uma ponte da agricultura familiar com a alimentação escolar.

E agora estamos tentando também, desde 2007, aprovar na Câmara, porque já foi aprovada no Senado, a PEC nº 47. Aí tem feito vários movimentos na sociedade, e portanto apresento aqui uma camiseta que tem sido, com apoio inclusive não só... (ininteligível), mas também da Itaipu Binacional que aqui é sediada, é bonito vermos o entrosamento de empresas, do Parlamento, da sociedade civil nesta causa para que, de fato, o próprio Parlamento cumpra com a sua atividade.

E aí avançamos, houve a adesão de artistas, é o caso do cineasta José Padilha, que hoje lá no Museu Oscar Niemeyer vai ao auditório, cujo nome é Poty Lazzarotto, apresentar essa peça, esse filme que ele fez, garapa, sobre o tema da fome, da alimentação, e gostaríamos de convidar a todos os Deputados e Deputadas e a imprensa também, porque após o filme vamos debater vamos estar eu, o cineasta e o Francisco Menezes discutindo esta temática.

É importante que se compreenda que a visão de segurança alimentar abrange a fome clássica, mas abrange a subnutrição, a obesidade que hoje é uma epidemia em todo País, mas de uma forma mais forte no Sul do País e no Sudeste tem crescido muito. É preciso se preocupar, porque é um problema de Saúde Pública, de segurança alimentar, da forma de dar prioridade a alguns hábitos alimentares, a um setor da produção também.

Então, os Parlamentos Estaduais, Parlamentos Municipais, precisam preocupar-se na construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, que foi previsto

na lei que aprovamos em 2006 e falta ter desdobramento nos Municípios com os conselhos, com a sociedade civil, com todos que, de fato, têm a ver.

Estou em missão, viajando como posso, na medida do possível, nos finais de semana, aos outros Estados, incentivando pessoas como a Luciana e tantos outros que estão preocupados com esse direito. Esse é o motivo da nossa presença, de estar participando como hoje da reunião do CONSEA, como ontem na TV no debate, porque sei que é um tema que foi muito esquecido. Embora o Josué de Castro, que foi um grande pensador, médico, Deputado Federal duas vezes, há mais de 50 anos tenha colocado esse tema para o mundo, mas agora, mais recentemente no Governo do Presidente Lula foi que acordamos para perceber o quanto tínhamos a fazer nesta área.

Recentemente tive a honra de estar no Panamá ajudando a criar a Frente Parlamentar de Combate à Fome na América Latina e Caribe. Isso mostra que essa experiência, que começamos de forma tímida no Congresso Nacional, está ajudando esta visão sobre o direito à alimentação a atingir outros Países. E o que pude ver foi a imagem do Brasil em relação à alimentação, à nutrição, à segurança alimentar, uma imagem de referência para Parlamentares de mais de 20 Países, considerado o nosso exemplo tanto de Bolsa Família, Programa de Agricultura Familiar, da Alimentação Escolar, dos Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias. Todo esse esforço como um exemplo.

Por isso, colocar a alimentação na Constituição é uma coisa que pensamos que é pequena, mas não é. A nossa Constituição completa 21 anos agora em outubro, 21 anos de débito com o direito à alimentação, que precisa estar casado com o direito à educação à saúde, ao trabalho, à moradia, para que de fato possamos ter uma sociedade mais justa e mais digna. É um absurdo termos 1 bilhão de pessoas ainda com fome, é um absurdo os Estados Unidos - um dos Países mais ricos do mundo - ter 10% da sua população com insegurança alimentar, ter cozinhas comunitárias gratuitas para idosos, coisa que não temos ainda no Brasil. Nós as vezes temos vergonha de dizer que temos restaurante popular, que temos Bolsa Família. Vergonha é um País tão rico ter tanta gente ainda passando fome, sub nutrição e insegurança. O Brasil está virando exemplo. Cabe às Casas Legislativas dar a sua contribuição legislando, colocando no orçamento recursos prioritário para esta área e fazendo com que tenhamos uma população cada vez mais saudável.

Agradeço essa abertura, já fui Deputado Estadual pelo Piauí, sei da bravura, da beleza que é esse Parlamento. Os Parlamentos são muito parecidos, embora o nacional é um pouco mais complexo, até porque já são duas Casas. Mas com certeza aprendendo como Vereador, como Deputado Estadual, conseguimos desempenhar melhor como Deputado Federal e chegar aqui e poder colocar um tema tão relevante para sensibilizá-los. Espero que todos possam, cada vez mais, assumir essa

bandeira do direito à alimentação. Vamos lá à noite para assistir e sentir ainda mais a dor vendo as famílias passando dificuldades, mesmo tendo acesso aos programas sociais.

Um abraço e que Deus abençoe esta Casa e que possamos ter uma sociedade cada vez mais justa e mais fraterna.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O evento será onde e que horas?

O SR. NAZARENO FONTELLES

Será às 19h30 no Museu Oscar Niemeyer.

Interpeladores

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos todos convidados. Sucesso, Deputado.

Pela ordem, a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

O SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Quero agradecer inicialmente V. Exa. por conceder o espaço ao Deputado Nazareno. Parabenizar o Deputado não só pelo trabalho que está fazendo, aqui no nosso Estado, mas que faz em todo o País, em busca de termos realmente uma segurança alimentar. De uma maneira especial a atuação do Deputado na aprovação da Lei da Alimentação Escolar. Foi muito importante a atuação e o trabalho realizado pelo Deputado.

Parabenizo o Deputado e agradeço a V. Exa. pelo espaço concedido.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Também gostaria de cumprimentar o Deputado do Piauí - que é Congressista - Estado que tive o prazer e o privilégio de conhecer. Acho que é no Estado do Piauí que existe uma famosa Cidade chamada Sete Cidades, é muito mais bela que a nossa Cidade aqui nas pedras e nas rochas, Vila Velha, que é em Ponta Grossa.

Tive o prazer de conhecer a sua Cidade, passei uma noite no interior em Corrente, que fica praticamente na divisa, bem no Sul de Piauí. Saí, passei por Terezina, depois por Fortaleza, Ceará. Mas parabenizar a V. Exa., Deputado, pelo trabalho que faz no Congresso Nacional, na questão da Segurança Alimentar.

Mas dizer que tudo isso só é possível - termos alimento no nosso Brasil e para a população do mundo - se tivermos essa produção. Os Governos têm que valorizar o pequeno, o médio e o grande agricultor.

No momento de crise que vivemos, sei o trabalho que V. Exa. faz, eu o parabenizo. Gostaria que o mesmo trabalho que V. Exa. faz em relação à segurança alimentar no Congresso Nacional e o respaldo que V. Exa. tem por parte do Governo Federal, também a Comissão de Agricultura no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura lá no Congresso Nacional também tivessem, porque estamos no momento da safra.

Por exemplo, em Mato Grosso, o saco de milho custa hoje R\$ 10,00. O agricultor que o produz tem prejuízo. O trigo que estamos produzindo hoje, não tem preço. O agricultor leva prejuízo. Tudo isso é alimento. Quando o Governo deveria se preocupar, como se preocupa com a segurança alimentar.

Mas o Governo Federal tem que se preocupar com aquele que produz o alimento, que é o nosso agricultor. Seja pequeno, médio ou grande. Sem a produção alimentar, sem a produção dos alimentos não teremos nem a segurança alimentar, quer seja grãos, quer seja a carne, quer seja o leite, seja lá o que for. Precisamos ter uma política agrícola definida para que possamos ter a nossa alimentação para a sociedade do Brasil e para a sociedade do mundo.

Parabéns a V. Exa., parabéns pelo trabalho que o senhor faz, esperamos que a sua comissão, aliada com a Comissão da Agricultura, com a Frente Parlamentar da Agricultura no Congresso Nacional possam fazer esse trabalho em conjunto, e é da mesma forma como o Governo valoriza a Bolsa Família, que ele valorize aquele que produz a nossa alimentação no País.

Parabéns.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Elio Rusch fez um pronunciamento - e com todo o respeito a ele e ao nosso Deputado do Piauí - queria só dizer que a terra que o Deputado Elio Rusch citou lá no Piauí deve ser linda, mas não é mais bonita que a nossa Vila Velha, no Paraná, que pertence ao nosso povo. Muito obrigado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agora no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputado Chico Noroeste, Deputada Cida Borghetti, colegas Parlamentares e paranaenses que nos dão a honra de acompanhar as Sessões da Assembleia Legislativa através de dois canais de televisão que transmitem ao vivo as Sessões, que são a Rede MERCOSUL e a TV SINAL.

Sr. Presidente, gostamos sempre de trazer para a tribuna as correspondências, os e-mails que os paranaenses nos enviam. A equipe do nosso gabinete, uma equipe maravilhosa e que tem um carinho e um respeito grande pelo povo, o nosso querido Genar, a nossa querida Márcia, o nosso querido Gustavo, o nosso querido Alan, a nossa querida Kelly, a nossa querida Fernanda, eles têm sempre um jeito todo especial de dar a atenção que as pessoas que nos procuram são merecedora. Se um Deputado não tiver uma boa retaguarda de assessores, muitas vezes é derrotado pelo povo nas urnas. Isso acontece com Deputado, com Vereador, com Prefeito e com Senador. A equipe que auxilia o Parlamentar ou a autoridade é de extrema importância. Às vezes alguém vai ao gabinete de um Prefeito e é tratado a ponta pé ou com grosseria e a imagem do Prefeito acaba sofrendo arranhões. Então, agradeço a Deus pela nossa equipe, que nos tem ajudado: o Genar, a Márcia, o Gustavo, a Kelly, o Alan, o Sergião, a Fernanda.

Tenho hoje aqui um e-mail. Tem político que não gosta que eu leia e-mail aqui, mas vou continuar desagradando os políticos, porque vou continuar dando atenção ao povo. Se o pessoal mandou um e-mail, temos que dar atenção ao e-mail que nos é enviado. Aliás, a Gazeta do Povo até publicou uma matéria neste sentido, criticando os políticos que recebem correspondências dos eleitores, dos cidadãos e não dão a mínima atenção, não dão o menor retorno. Temos a obrigação de ler aqui os e-mails, sejam para nos elogiar, para nos criticar, para reivindicar, sejam de quem votou ou de quem não votou em mim, porque estamos aqui a serviço do povo independente de saber quem votou ou quem não votou. É nossa obrigação trabalhar com prazer e com alegria para servir aos paranaenses.

Tenho o e-mail da Carolina Araújo Nunes Melo dando os parabéns aos Senadores Pedro Simon, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos e Flávio Arns. Ela termina o e-mail falando: *Parabéns pela ótima proposta de acabar com o voto secreto no Congresso*. Isso aí é urgente, porque temos o direito de saber quem votou e de que maneira cada um votou. A Carolina termina dizendo o seguinte: *Avisa para o Lula que ele menospreza a inteligência dos cidadãos e que se ele não sabe de nada, não viu nada e não ouviu nada, nós sabemos de tudo e não aguentamos mais ele na Presidência também*.

Bom, está aí a Bancada do PT. Política é assim: tem gente que gosta do nosso trabalho, tem gente que não gosta, tem gente que não gosta, tem gente que aprova o Lula e tem gente que não aprova. Agora, eu não sou radical. Se chegar um e-mail aqui para elogiar o Lula, vou ler. O Deputado Alexandre Curi sempre diz: “Aja sempre com imparcialidade no exercício do mandato”. E é isso o que temos feito.

Saiu na Folha de Londrina de hoje a relação dos Deputados que comparecem para trabalhar, quem faltou, por que faltou e alguma justificativa. Pela graça de Deus, estou com 100% de presença durante o mês. Caro Deputado Jocelito, não vou mencionar os demais

Deputados porque não tenho a lista aqui de todos os que compareceram, mas V. Exa. é um dos que também compareceram 100%. Os Deputados que faltaram, naturalmente apresentaram as suas justificativas. Se não temos um motivo grave na família ou conosco mesmo que nos force a faltar, temos que no mínimo comparecer ao trabalho. Esse é o nosso dever. Agora, se o Deputado é bom ou não é bom Deputado é o eleitor, a eleitora é que vai julgar quando chegar o momento do voto. E eu recebo então, dentro desse comparecimento de 100% no mês, e agradeço a Deus por que não houve um fato grave que me impedisse de ter vindo trabalhar. Recebo da ilustre Vereadora de Londrina, Sandra Graça de Londrina, mulher de fé, religiosa, uma das mais inteligentes da nossa vida pública, ela diz aqui: *Deputado Belinati, parabéns pela assiduidade nas Sessões, 100% de presença, com 100% de atividade em defesa do cidadão paranaense. Deus o ilumine e abençoe na sua caminhada. Abraço, Sandra Graça*. Eu fico feliz de receber os cumprimentos de uma mulher extraordinária, que tanto trabalha pelo povo de Londrina.

O professor José de Foz do Iguaçu, ele fala sobre a carreira de professores, sobre o retrocesso. E ele indaga: *Até quando vamos esperar? Milhares de professores tiveram revés em suas carreiras ao assumir o segundo cargo em 2009, sua efetivação para um segundo cargo custou uma absurda redução salarial. Estamos reivindicando com insistência uma equiparação dos cargos, ou seja, do segundo padrão com o primeiro. Pedimos somente o reconhecimento e a justiça*. O professor tem razão, até agora o Governo do Estado está em falta com esses professores que fizeram concurso para um segundo cargo, Governador Requião, ajude os professores, o desenvolvimento de um País, de um povo, passa obrigatoriamente pela cultura, pela educação. Acho que é uma injustiça que o Governo Requião está cometendo com os professores. Temos do Bruno César: *Deputado Belinati, consultando a decisão do Supremo sobre uma possível inconstitucionalidade de projetos estaduais de combate ao fumo, como ocorreu em São Paulo, vi que no entendimento da nossa Suprema Corte não há ilegalidade alguma sobre esse tipo de regulamentação. Contudo, ao ver uma reportagem que abordava uma modalidade fumígena diferente e que vem aumentando de forma demasiada, gostaria de saber como é que o seu Projeto Antifumo trataria sobre essa parte, principalmente dos cachimbos, usados costumeiramente pelos árabes que vem aumentando em meio a população jovem. E aproveito para sugerir uma possível proibição em nível estadual da venda do Narguile como ocorreu em São Paulo. Um grande abraço e que Deus o ilumine*. Bruno, esse projeto do Antifumo vai ser votado a qualquer momento aqui, vai virar lei, está em discussão nas comissões internas.

Sr. Presidente, mais um assassinato de um empresário, dessa vez na Capital. Mas estão matando como nunca em Curitiba, Londrina, Maringá, na Região Metropolitana de Curitiba, na região de Foz do Iguaçu, considerada uma

das mais violentas. Para o povo de Foz do Iguaçu é bom, são vítimas de um combate mais eficaz aos bandidos, aos traficantes de drogas. A violência está sobre a região de Ponta Grossa, Guarapuava, no litoral do Paraná, Maringá, Apucarana, Vale do Itaipó, do Oeste, do Sudoeste do Paraná. Estão matando pelo prazer de ver a pessoa cair morta, talvez de escutar o estampido do revólver. Daí o bandido vai ligar a televisão a noite para ver se o noticiário saiu bom, se a notícia não foi muito boa, ele mata mais um, dois, três. É lamentável que tenha pivetes aí de 12, 13 anos de idade já com revólver na cintura. Se uma família de bem quer comprar uma arma para defender a sua propriedade tem tanta burocracia que a maioria desiste de ter uma arma de fogo legalizada. Mas esses bandidinhos jovens, quase crianças já estão nas drogas, armados de facas, de revólver matando. Mata pai de família, mãe, pastor, criança, com todo tipo de violência. Estou vendo aqui um protesto marcado para hoje na avenida Kennedy, quase esquina com a rua Santa Catarina, Curitiba. Ladrões mataram, nesse final de semana um comerciante que estava estabelecido há 25 anos na Vila Guaiúba, Sr. Antonio Nazaro, dono da lanchonete do Toninho. Esse é um, mas outro dia mataram o dono de uma churrascaria há poucos metros do portão da casa do Governador Roberto Requião.

É uma violência que a população não suporta mais. De vez em quando ouvimos que pegaram um carregamento de droga. Mas essa outra droga que o adolescente está consumindo? Destruindo a sua felicidade, a felicidade da sua família, porque a família sofre muito quando descobre que seu filho está no mundo da droga. E o viciado em droga mata, assalta, comete homicídio para arrumar o dinheiro para comprar a maldita droga. O Paraná sempre foi um Estado calmo, quase não se ouvia esse tipo de notícia. Tem final de semana que só na Região Metropolitana de Curitiba matam 23, 25, 30 e pouco, só num final de semana. Daqui a pouco não vai ter mais lugar no IML. A violência precisa ser combatida. As famílias de bem têm o direito de ter a sua paz, a sua segurança restaurada.

Tenho aqui o e-mail do Sr. Wilson Vaz que mora em Colombo que diz: *Deputado Belinati, gostaria de saber porque o preço da gasolina no Balneário Camboriú é R\$ 2,09? Aqui em várias Cidades do Paraná a gasolina está R\$ 2,49, tem posto que está R\$ 2,55, R\$ 2,60. Quem está vendendo ali a menos de R\$ 2,10 está ganhando dinheiro, não está tomando prejuízo não. Isso é um cartel que impera aqui no Paraná. E até o Grupo Carrefour, que antes tinha a política de ser a rede de supermercados mais barata vendia, não vende mais. No Carrefour, vi ainda hoje, gasolina R\$ 2,49,9. O que está dominando aqui no Paraná? Um vergonhoso cartel.*

Colocam o preço do combustível lá em cima, nobre Deputado Romanelli, e com isso o povo paga mais caro pelo arroz, pelo feijão, pela comida, porque o combustível sendo caro, encarece todo o resto, Como tudo depende de frete, se o combustível é caro, o remédio é mais caro, a

roupa é mais cara, o sapato é mais caro, a verdura chega mais cara em nossa casa, o legume chega mais caro, a fruta, o arroz, o feijão, o alimento, tudo fica mais caro, porque todo depende do frete. Se na PETROBRAS não está subindo de preço, na minha ótica, um litro de gasolina acima de R\$ 2,30 é apenas e tão-somente exploração no bolso do nosso judiado povo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado a V. Exa., Deputado Belinati.

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Jocelito Canto, V. Exa. tem cinco minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Está no jornal deste final de semana, Deputado Batista: *O livro do Deputado Neivo Beraldin é verdadeiro!* Está aqui, Deputado Neivo Beraldin, página 110 do Wilson Gazino. Está correto o que eu vinha lendo aqui. Saiu nos jornais. Uma decisão judicial, três empresários confessaram e foram condenados: *Justiça condena envolvidos em desvio de dinheiro do BANESTADO para campanha de Jaime Lerner*. O dinheiro foi parar na campanha do todo poderoso Jaime Lerner. Está no jornal do final de semana.

O requerimento que fiz aqui, e faz quatro Sessões que cai por falta de quórum, não se quer votar, as tradicionais manobras para não se votar, diz exatamente o seguinte: pedido ao Procurador: quais as ações que foram ajuizadas pelo Ministério Público em decorrência da CPI do BANESTADO? Em quais delas está envolvido o Governador Jaime Lerner? Tem mais algumas coisas. Não sei se meu requerimento será derrubado, mas também não interessa mais, já saiu uma sentença. O empresário admite, o gerente do banco também, que saiu dinheiro e foi desviado para pagar campanha do Jaime Lerner. Então, aqui está provado: o Juiz já deu a sentença, foi condenado à cadeia.

Deputado Neivo, um dos empresários já devolveu o dinheiro e os outros dois deveriam devolver também. É gente do “barão”, é gente rica. Então, dois não devolveram, um devolveu e o gerente admite, diz aqui na transcrição do depoimento, que recebeu US\$ 200 mil para a campanha do Governador Jaime Lerner. Duzentos mil dólares! E a outra empresa doou mais cento e pouco. Tudo isso para a campanha do nosso melhor arquiteto do Brasil, Jaime Lerner, que articulou e também conseguiu arquitetar na sua campanha um dinheirinho. O dinheiro era tirado do BANESTADO, como V. Exa. constatou na CPI, de forma ilegal, e tem mais dinheiro ainda que está rodando por aí. Então, aqui está: BANESTADO recebe um dinheirinho.

Tem gente aqui que está pedindo para ser cobrado e ninguém mais quer cobrar o roubo do BANESTADO. Todo dia 30 do mês, o Paraná paga 65 milhões por esse roubo. Então, saiu uma sentença. Pouca gente gosta de falar disso porque envolve muita gente, mas está aqui. Deveria ser a grande manchete do dia de hoje. Está aqui tudo direitinho. Mas este assunto vai gerar outro assunto para fazer uma cortina de fumaça para não se divulgar que o dinheiro foi parar na conta da campanha de 1998 do Sr. Jaime Lerner. Está escrito aqui no depoimento ao Juiz Federal. O dinheiro foi parar na conta do Jaime Lerner.

Atenção, Ministério Público Eleitoral! Agora, as contas de 1998 do Lerner foram aprovadas? Acho que já devem ter sido aprovadas, afinal o Lerner foi Governador. Se fosse um Prefeito do interior, discussão, debate, advogado, recurso. Mas pelo menos alguém já devolveu um dinheirinho. Acho que o Paraná deveria insistir mais nisso, porque tem mais dinheiro por aí, e é bastante, que foi retirado, roubado do BANESTADO. Tem muita gente que ajudou nesse roubo, que roubou o BANESTADO e fazem discurso por aí, bem perto de nós, quase nossos vizinhos. O Paraná precisa levantar isso, falta dinheiro hoje, porque pagamos todo mês 65 milhões.

No livro BANESTADO a roubalheira é verdade. Esse livro comprova toda a roubalheira do BANESTADO e seus envolvidos. Gente grande. O Paraná precisa correr atrás de quem roubou o banco, porque esse dinheiro ajudará a melhorar a Saúde no Estado.

Dizer o meu muito obrigado ao Deputado Romanelli, por me dar documentos. Vou falar amanhã sobre a URV. Aqui no Paraná, um único servidor recebeu R\$ 112 mil de diferença da URV, adivinhem de que Poder ele é? Com toda a razão, ele recebeu R\$ 112 mil, com todo o direito e razão. Ele está de parabéns. Pergunto: os outros vão receber? Os que têm oito, 10, 12 mil? Um servidor do Paraná recebeu 112 mil, só da diferença da URV. Adivinhem de onde ele é?

Aleluia, Sr. Presidente! Amém!

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas dizer que há um determinado jornalista no Estado do Paraná, que tem um blog conceituado, que como Secretário de Comunicação Social do Estado, repassava dinheiro para os órgãos de imprensa e no dia seguinte, ou na semana seguinte, recebia na conta dele o dinheiro de propina. Não posso falar hoje mais alongadamente, mas o farei com mais detalhes nos próximos dias.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

É grave a denúncia de V. Exa. Deputado.

Com a palavra o Deputado Dobrandino, no Pequeno Expediente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Na Liderança do PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. usará a Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria aprofundar um pouco as questões relativas, ao Instituto Federal do Paraná. Foi um momento muito importante para esta Casa, ao receber o Reitor deste instituto, o professor Alípio Leal e a sua exposição sobre o seu papel. O instituto é espalhado por todo o Paraná: Curitiba, Paranaguá, Telêmaco Borba, Jacarezinho, Paranavaí, Umuarama, Foz do Iguaçu. O interessante é que o *campus* de Curitiba tem extensão na Lapa, Campo Largo e Irati. O *campus* de Paranavaí tem extensão em Londrina. Foz do Iguaçu, extensão em Palmas e Ivaiporã.

Acho que é uma bandeira que o Reitor nos trouxe. Outros Estados foram muito mais contemplados, por um número maior de *campus* do que o Instituto do Paraná. Acho que todos nós aqui desta Casa, com suas regiões, devemos lutar para fazer parcerias para que sejam conseguidas extensões, como existem estas que já citei, em suas Cidades. E nós devemos levantar uma bandeira em Ponta Grossa. Os Deputados de Ponta Grossa, somos quatro Deputados, Ponta Grossa tem todas as condições de buscar uma extensão, pode ser no *campus* de Curitiba, é uma Cidade que tem um dos maiores parques industriais do Paraná, tem tradição e vocação industrial, uma Cidade que é um polo importante dos Campos Gerais, e além de Ponta Grossa a Cidade de Castro, Jaguariaíva, também mereceriam ser contempladas por uma extensão de um *campus* que pode ser em Curitiba ou mesmo em Telêmaco Borba, assim como Londrina é extensão de Paranavaí.

Então, esta bandeira, acho que temos que procurar o Prefeito, as forças vivas de Ponta Grossa e região para que nós lutemos, seguindo esta senda que nos foi dada pelo Reitor que conhece em profundidade esta questão do IFEA.

E também repetir a alegria que sentimos pela vitória dos 35 mil professores que fizeram o curso da VIZIVALI. Acho que a Assembleia está de parabéns porque foi a ação da Assembleia Legislativa, que trouxe este problema à baila com muita visibilidade social, as várias ações, desde a lei apresentada, as várias idas a Brasília, conversa com Ministro, com Secretários do MEC, grandes Audiências Públicas feitas aqui com 600, 700 professores, a mobilização na derrubada do veto do Governo e na aprovação do projeto, as conversas com o Governador, se criou uma conjuntura social e política no Paraná que o Governo refletiu com mais profundidade e passou também, junto com esta Casa a defender o registro dos diplomas. E finalmente a solução, foi encontrada da melhor forma possível, através do Instituto, porque eu falava como Reitor Alípio, na verdade o Instituto Federal é o órgão responsável no Brasil

pelo reconhecimento da vida profissional. Esta lógica que vai ser usada para reconhecer o diploma, Deputado Dobrandino. O Instituto pode fazer isto.

Então, ele vai receber esses professores, vão se matricular, vão apresentar o curso que fizeram, Deputado, as 2 mil e 890 horas, e essas horas serão reconhecidas como vida profissional desses professores. O Instituto oferecerá uma complementação de 300 horas, mais ou menos, e esses professores terão o diploma não de normal superior, porque acabou esta questão normal superior no Brasil, passou a fase, eles terão o diploma de Pedagogia.

Conversava com o Pedro, que é o assessor do Reitor Alípio, e ele me dizia que esses professores terão um curso que dará muito mais possibilidades e mais competências a eles, porque pelo normal superior eles poderiam lecionar apenas para a educação infantil e para as séries iniciais do ensino fundamental, até a 4ª série. Agora com esse diploma do Instituto eles poderão lecionar 2º grau e até na universidade.

Então, sem dúvida é uma vitória retumbante. Acho que todos, devemos estar amanhã na “escolinha” do Governo para ouvir o Sr. Governador anunciar a conversa que teve com o Ministro Fernando Haddad, que foi procurado por nós, uma grande comissão em Brasília, com vários Deputados desta Casa, Deputados Federais, com a Secretária da Educação, Yvelise, com o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, da UNDIME, o Professor Lemos, da APP-Sindicato, vários dirigentes, uma longa conversa. Naquele momento o Ministro não entendeu, mas acho com a mobilização que foi desenvolvida, moções de apelo ao próprio Ministro...

(Término do tempo)

... essa grande comissão acho que foi sensibilizando os órgãos do Estado e finalmente temos esta grande vitória...(ininteligível)... do Paraná, aliando-se a isto ao fato que o Instituto é espalhado por todo o Estado - são 13 *campi* e haverá muita facilidade, como disse o Reitor Alípio, nós temos telecentros praticamente em todas as Cidades onde estão localizados esses 35 mil professores que fizeram o curso.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Falava também agora com o Professor Lemos, e ele me garantiu que a APP entrou com uma solicitação ao Tribunal de Contas de sobrestamento para que o Tribunal responda essa solicitação e mande um ofício para todos os Municípios, onde esses professores fizeram concurso e os Prefeitos estão inseguros e alguns ameaçando demitir os professores. Então, esse sobrestamento impedirá qualquer tipo de demissão e os professores ficarão tranquilos até poderem se matricular no IFEA, no Instituto Tecnológico do Paraná. A matrícula começará a ser feita no mês de outubro.

Esta é uma grande vitória desta Casa, principalmente uma vitória dos professores e do Estado do Paraná como um todo e merece ser saudada.

Confesso que fiquei chocado lendo o jornal Gazeta do Povo, domingo, cuja manchete diz o seguinte: *PM mata cinco a tiros em bairro de Curitiba. Inquérito vai apurar se houve excesso por parte da Polícia. Segundo a PM eles reagiram a tiros de abordagem*. Mas, a forma como isso aconteceu nos preocupa muito. Cinco rapazes suspeitos de roubar um carro morreram na madrugada de sábado, num confronto com a Polícia Militar no bairro Alto da Glória em Curitiba, isso antes da meia noite numa perseguição policial. Três desses jovens, tinham entre 13 e 14 anos de idade, a irmã de um deles tem medo de falar, dá depoimento com medo, pede para não ser identificada dizendo que seu irmão jamais usou revólver, usou arma de fogo e parece que um desses jovens tinha passagem pela Polícia. Mas, a forma acaba chocando um pouco a gente.

Dois jovens foram mortos dentro do carro, três deles saíram do carro e entraram numa construção, num prédio em construção, atravessaram o terreno e foram cercados pela Polícia e mortos na saída desse terreno. É, realmente, uma coisa chocante. Acho que esta Casa deve solicitar informações mais profundas do Governo do Estado, porque assim como temos que denunciar a violência, acreditamos na nossa Polícia, defendemos a Polícia Militar do Paraná, uma Polícia respeitada. Temos que lutar para aumentar o efetivo, darmos melhores condições de trabalho. Mas temos, também, sempre que houver uma suspeita de que a Polícia possa ter agido com a violência desnecessária causando a morte de cinco jovens, justamente as pessoas mais pobres que são abaladas pelo problema da desigualdade social, da miséria e que muitas vezes são levados à violência, também temos o dever de investigar esses fatos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Concede um aparte Deputado?

(Assentimento)

Quero cumprimentar pelo pronunciamento e pelos dois temas que V. Exa. está tratando hoje na tribuna, tanto com relação à solução para o caso VIZIVALE e IESDE - uma luta grande que V. Exa. travou juntamente conosco, com a APP, com várias entidades e que agora a solução está para começar no dia 22 de novembro, com a seleção dos professores. Em março do ano que vem inicia esse curso e deveremos ter a conclusão, provavelmente até julho. Isto é relevante, valeu a pena lutar. A persistência nos trouxe conquista.

Quero também enaltecer a vossa fala no sentido de salvar a nossa juventude. Estamos com a nossa juventude sendo vítima e nesse sentido apresentamos uma emenda constitucional que tramita aqui, na Assembleia; aliás, duas emendas: uma para tornar obrigatório o ensino médio para que a nossa juventude, que hoje mais da metade está fora da escola, tenha oportunidade de entrar na escola. E o ensino médio sendo obrigatório, torna obrigatório desde o transporte para esse estudante, como biblioteca, laboratório, merenda, tudo garantido a esse

estudante. Também apresentamos uma emenda que tramita aqui sobre a inclusão da nossa juventude na Constituição do Estado do Paraná. Porque a nossa juventude não consta do texto da Constituição aprovada aqui, em 89. E nós precisamos incluí-la na Constituição para termos políticas públicas permanentes na defesa dos nossos jovens, porque assim vamos evitar muitas vítimas no nosso Estado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Lemos pelo aparte. A questão da juventude é gravíssima. Esses jovens que foram mortos pela polícia; na penitenciária de Ponta Grossa 70% dos presos são jovens, jovens na flor da idade. E a questão da droga, no Brasil, não é tratada de forma correta. Não se trata aqui de discutir a questão da legalização, trata-se de que o Estado brasileiro tem que usar mais recursos - não apenas para o combate ao narcotráfico, mas para a conscientização da nossa juventude. Grandes campanhas sociais de mobilização, além do que achar alternativas de vida para os jovens. Como o senhor disse, Deputado Lemos, temos que, por um lado, cobrar do Governo Federal mais investimentos na conscientização de levar o problema nas escolas, na televisão, na rádio, nas igrejas, em todas as entidades sociais do País, da sociedade civil brasileira. Mas, por outro lado, elogiar, porque o Governo está começando a fazer muitas coisas, por exemplo, o Programa Pró-Jovem. São 5 milhões de jovens, no Brasil, entre 15 e 29 anos que não estudam e não trabalham. É uma juventude que vive numa situação de risco permanente de ser vítima do narcotráfico, da violência, também participar de assaltos e assim por diante.

Então, esse tema deve ser tratado e quando o reitor vem aqui tratar de IFET, trata diretamente esse tema também. E por isso essa campanha a favor do IFET; de 50% dos recursos do Instituto Federal Tecnológico será destinado a cursos pós-médio de qualificação profissional que envolve arranjos esportivos locais. Tudo isso tem uma lógica: a de preservar e - digamos - salvar a nossa juventude que está sendo vítima da violência, da morte prematura, do narcotráfico e até da violência da própria polícia.

Estamos conclamando a todos os Deputados e a sociedade civil paranaense, o Paraná como um todo, a participar de uma grande Audiência Pública nesta Casa, segunda-feira, sobre o Pré-Sal. Essa audiência é convocada pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, do PMDB e do PDT. Temos confirmadas as presenças do Ministro Paulo Bernardo, Senador Osmar Dias, e estamos convidando o Governador Roberto Requião. Será uma grande Audiência de todos os partidos desta Casa, porque será dado destaque e aprofundada a questão do Pré-Sal, que é um tema que a imprensa começa a bater muito. Porque, na verdade, temos uma imprensa conservadora no Brasil, que tem atacado muito o Governo, só que de forma global. Porque quando Governo do Brasil implanta quatro universidades no Brasil e no Paraná, está aumentando os gastos. É isso que a direita ataca, Deputado Lemos. Ela não fala pormenorizadamente. Mas ela

diz: o Governo está retrocedendo, aumentando os gastos correntes, é um gasto que não serve, que não é prioritário. É um ataque muito cruel ao Estado, inclusive a forma que está sendo tratado o Pré-Sal. A grande imprensa conservadora acha que está voltando atrás na estatização, agora, é claro, se os recursos do petróleo ficam na mão do Estado, esses recursos podem ser colocados no combate à droga, criando escolas, universidades, etc. Quando fica na mão do capital privado ele vai se reproduzir buscando cada vez mais lucro no setor que nem, lucro dá. E aí temos, como consequência, uma sociedade de alta concentração de renda, da concentração da terra, da concentração do capital. É isso que essa tomada de posição do Pré-Sal, pública, vem criar um modelo de desenvolvimento mais justo e mais igual para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras.e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para ressaltar o trabalho que tem desenvolvido, aqui no Estado do Paraná, à frente do Instituto Nacional do Paraná, o Reitor Professor Alípio Leal Neto, que usou a tribuna no dia de hoje falando da importância do Instituto Federal para o Paraná. O empenho que o Professor Alípio vem tendo e toda a sua equipe, merecem toda a nossa atenção e o nosso apoio a toda essa equipe que está à frente do Instituto do Paraná, lutando para que ele se multiplique dentro do Estado, começando em Foz do Iguaçu e chegando em Paranaguá para atender todas as regiões e as microrregiões do nosso Estado. Estamos acompanhando o trabalho do Instituto, é um trabalho muito sério e convido a todos, porque não são só os Deputados, temos várias pessoas que podem contribuir para que o Instituto seja reforçado aqui no Estado, seja implantado o quanto antes em todas as regiões. Estamos apoiando, já fomos a Brasília algumas vezes, fomos acompanhar o Professor Alípio várias vezes.

Nós, lá na Região Oeste, estamos trabalhando junto ao Professor Irineu Colombo que foi Deputado Estadual, Deputado Federal e é o Diretor do Instituto lá em Foz do Iguaçu. Estamos trabalhando junto com outros Deputados para a implantação em Assis Chateaubriand, em Cascavel, em Umuarama, em Palmas, em Telêmaco Borba, Londrina, Ivaiporã, enfim devemos atingir 12 unidades centralizadas, além da unidade que já temos aqui em Curitiba. Isso é muito importante para o Brasil, porque o Paraná tem dado a sua contribuição. Evidentemente, que quando recebe investimento federal, na área da Educação, ele pode contribuir ainda mais.

Também quero relatar aqui que amanhã às 15h, o Presidente Lula vai sancionar a criação, a lei que cria a Universidade Federal da Fronteira Sul. Lideranças do

Paraná estão viajando a Brasília, especialmente da região de Laranjeiras do Sul, da região de Realeza. O Paraná será beneficiado com dois *campi*, um em Laranjeiras do Sul e outro em Realeza. Esta Universidade da Fronteira Sul tem como objetivo principal atender as demandas vindas da agricultura, especialmente da agricultura familiar. Esta é uma conquista importante para a Região Sul do Brasil e para o Paraná. Estivemos na quarta-feira, eu e o Deputado Elton Welter, em Laranjeiras do Sul acompanhando a celebração do convênio entre esta universidade nova e a universidade UNICENTRO, que cedeu estrutura para o início dos trabalhos até que a universidade seja consolidada com a construção de prédio, tanto em Realeza quanto em Laranjeiras do Sul.

Estamos cumprimentando a população dessas duas regiões do Paraná que lutaram muito, ao lado de Prefeitos, Vereadores e de outras autoridades, inclusive os movimentos sociais que se envolveram de forma muito produtiva neste processo, ajudando a construir o currículo dessa universidade. Uma universidade pautada pelo tema terra. É uma universidade revolucionária, diferente da universidade clássica que conhecemos no Brasil e no mundo. Então, esta população está de parabéns.

Dizer também da importância do nosso engajamento enquanto Deputados aqui na Assembleia, a favor dessa importante instituição que se instala no Paraná, além da UNILA, que Foz do Iguaçu também está sediando, que começará já no próximo ano com as suas atividades. Vai chegar o momento que vai atender 10 mil alunos. Mas no ano que vem já começa com 1 mil e 500 alunos, que também merecem todo o nosso apoio.

Nós do Paraná, que tínhamos há 500 anos até 2003 uma única universidade, estamos chegando a cinco universidades federais no ano de 2009. Então, essas universidades novas precisam do nosso apoio, do nosso empenho para que elas se consolidem no Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Péricles e eu estivemos, no último sábado, numa reunião feita com diversos moradores em Telêmaco Borba. Pessoas que serão atingidas pela Usina Hidrelétrica de Mauá e que até agora não tiveram uma resposta concreta sobre as razões que a COPEL tem para não apresentar publicamente a proposta que sabemos, inclusive por alguns jornais, que está sendo feita a alguns agricultores, pequenos agricultores, mas que até agora, este foi o motivo da reunião de sábado, não foi feita: aos pescadores, àqueles que durante 20, 30 anos trabalharam

com mineração, os garimpeiros, não foi feita também aos apicultores da região.

Neste sábado entendemos que é preciso que tenhamos duas ações aqui na Assembleia Legislativa. Primeiro, uma de cautela. V. Exa. é de Londrina, outros Deputados que são da Região Norte sabem que temos um problema ainda não solucionado, embora o IAP tenha dado parecer favorável, o licenciamento para a construção da usina. Mas, continuamos tendo problema com aquele carvão que está depositado e que vai ser coberto pelas águas quando a usina tiver o seu lago completamente cheio.

Hoje temos casos de pessoas, pescadores, que ao consumirem o peixe daquela região estão sendo contaminados com o chumbo, porque o peixe está contaminado.

A preocupação levantada nesse sábado é que as águas revolvam o fundo do leito do rio, que está sedimentado com esse carvão que está depositado ao longo dos anos, e possa essa água ser levada contaminada para Londrina, para Jataizinho, para Cambé.

Daqui há cinco, 10, 15 anos, começaremos a ter problemas também de contaminação com a população. É bom dizer, não com a população que se abastece diretamente da água, mas com a população que faz da água objeto para consumo também para a cozinha, para a construção de diversos elementos da alimentação humana, para pães, para diversas coisas que são feitas com a água daquele rio, mesmo quando tratada.

Entendemos que é preciso que tenhamos aqui na Assembleia duas ações. Primeiro sabemos do resultado das análises feitas pelo Laboratório de Limologia do IAP, que fez essa análise e que até hoje ainda não colocou publicamente quais foram as conclusões a que chegaram na análise dessa água.

Entendemos que é preciso, e vou fazer amanhã um requerimento à CCJ, ao Presidente Durval Amaral, para que coloque em votação na CCJ o projeto de lei mandado pelo Executivo que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica de Mauá. Porque é incrível que estejamos já com seis, oito meses de construção, de fato, da usina, sem que esta Assembleia tenha dado autorização, o que é totalmente incompreensível. Porque se o projeto é constitucional, se a Assembleia entender que o projeto é legal e que deve ser feita a autorização, não há problema nenhum. A Assembleia vai fazer certamente, uma Audiência Pública, vai ouvir todos os interessados e aí vamos ter a oportunidade, nessa Audiência Pública, de solicitar à COPEL que nos envie os documentos que embasam inclusive as negociações que estão sendo feitas com os pequenos produtores, com os microprodutores, com os garimpeiros, com os pescadores, com todas as pessoas envolvidas naquela região. E sabermos também quais são os resultados da análise das águas, que está sendo feita pelo instituto aqui de Curitiba.

E uma outra ação que é preciso que tenhamos é, obviamente, aguardarmos os próximos dias para termos uma resposta da COPEL a um pedido de informa-

ções que foi aprovado nesta Casa há cerca de 15 ou 20 dias. Vamos esperar em torno de 30 dias, o que é um prazo razoável, até porque ocorreram feriados nesse percurso, e obviamente que a partir daí só cabe mandado de segurança para que possamos receber essas informações.

O que não é possível, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que continuemos com uma situação que até agora, praticamente três ou quatro anos depois de iniciado o processo de debate sobre a construção da Usina de Mauá, sobre todos os problemas que já foram levantados, é impensável que ainda não tenhamos respostas seguras a respeito da qualidade da água de Londrina, não tenhamos respostas seguras a respeito de toda a biodiversidade, que aliás o próprio IBAMA havia colocado que aquela é uma área de preservação permanente prioritária, entretanto o IBAMA e o IAP deram autorização para a construção da usina, com algumas espécies inclusive que não vamos chegar nem a conhecer, porque vão desaparecer antes que as conheçamos.

Agora, o que mais me chama atenção é que a Assembleia Legislativa não pode estar sendo passada por cima, sem que tenhamos nenhum tipo de conhecimento de por quê isso está acontecendo.

Então, aproveitando que o Presidente da CCJ está presente, Deputado Durval Amaral, nesta sexta-feira estamos encaminhando uma solicitação ao Presidente da CCJ para que tenhamos a votação desse projeto de lei que foi encaminhado pelo Executivo para esta Casa e essa votação possa ser feita. Obviamente que sendo feita essa votação, que possamos realizar, em conjunto com várias comissões desta Casa, uma Audiência Pública para sabermos, afinal de contas, qual é o projeto que a COPEL e a ELETROSUL têm para aqueles pequenos produtores, quanto o Consórcio Cruzeiro do Sul pretende gastar, sendo que a ANEEL recomenda em torno de 20%, o que daria em torno de R\$ 210 milhões e estão sendo gastos, em princípio, segundo informações extraoficiais, cerca de R\$ 125 milhões.

Mas qual é, de fato, o patamar, porque muito se falou, nas duas Audiências que realizamos aqui, que o projeto teria por base o projeto de reassentamento de Salto Caxias, que é modelo no Paraná e para o Brasil. Entretanto, o que estamos tendo não é nada disso, mas um processo que está atropelando alguns pequenos produtores, está atropelando os pescadores, não está respeitando os garimpeiros e que certamente dará um prejuízo incalculável para as próximas gerações se não tivermos segurança quanto à qualidade da água que será colocada à disposição de Londrina e de toda a Região Norte.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira, última oradora inscrita no Pequeno Expediente.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Deputado Elio Rusch, Presidente desta Sessão.

Faço uso deste horário primeiro para parabenizar, hoje tivemos dois momentos importantes na reunião da CCJ: o primeiro foi a presença da Dra. Zilda Arns, que esteve lá para intervir favoravelmente contra a instalação dos fumódromos e parabenizá-la pela sua intervenção na CCJ, mas também parabenizá-la pelo grande trabalho que realiza frente à Pastoral da Criança há décadas, trabalho esse que mudou o perfil nutricional e influenciou decisivamente a diminuição da mortalidade infantil no Estado do Paraná.

Parabenizar também o Deputado Artagão, que fez uma defesa muito boa com relação à inconstitucionalidade das emendas que lá foram apresentadas. Eu mesmo, muitas vezes, questioneei o papel da CCJ, sempre discutindo porquê na CCJ se entra nos méritos das questões. Mas essa é a questão, uma lei, ela tramita nesta Casa pelo seu mérito, fazemos leis que interferem na vida das pessoas. Hoje tenho uma visão diferenciada. Não dá para separar inconstitucionalidade, legalidade ou ilegalidade, do mérito de uma lei. Não dá mais para separar.

Então, quero parabenizar o Deputado Artagão, ele fez uma pergunta que ficou veemente lá dentro da comissão: o que são fumódromos e quais são as especificações técnicas de um fumódromo, Deputado Cheida? O que é um fumódromo? Como vamos liberar um fumódromo se não sabemos nem o que é realmente um fumódromo e como eles realmente funcionam? Então, vamos ter um grande debate.

Queria alertar esta Casa para as seguintes situações: há algumas semanas atrás, quando começou a tramitar dentro desta Casa a lei de combate ao fumo, nossos e-mails foram abarrotados, recebemos 600, 700 e-mails dos defensores dos fumódromos, das pessoas que questionavam a lei. Mas percebemos um grande lobby, uma grande articulação, os e-mails vinham sempre com o mesmo provedor, ou seja, um grande trabalho da indústria do tabaco e da Associação de Bares. Na semana seguinte desse mesmo projeto, começamos a receber e-mails de técnicos da Saúde, aí com muitas dificuldades de todo o Paraná, de pessoas envolvidas com a saúde, de gente ideologicamente comprometida com o não ao uso do cigarro.

Gostaria muito que tivéssemos alertas para o que vai acontecer dentro desta Casa. Teremos, sim, as galerias repletas de produtores rurais iludidos com a ideia de que a indústria do cigarro patrocina e viabiliza as suas vidas com a qualidade e a dignidade que eles merecem, teremos aqui os proprietários de bares e similares, defendendo mais uma vez a questão econômicas, e esta Casa não pode se deixar sucumbir em relação a esses apelos econômicas em detrimento da defesa da vida. Então, vamos assistir isto essa semana, estaremos aqui a postos para esse embate, e espero que saibamos separar.

Por fim, também quero registrar o trabalho muito grandioso que a mídia vem fazendo, os jornais de grande circulação, que vira e mexe colocam artigos mostrando a importância do combate ao cigarro e ao fumo no Estado do Paraná e no Brasil. Parabéns aos meios de comunicação, porque publicam texto técnicos que esclarecem, via de regra, as pessoas da grandiosidade do alcance dessa lei que nós, com absoluta certeza, iremos aprovar nesta Casa, e sem os fumódromos.

Espero que essa discussão venha o mais rápido possível para cá. A cada dia que postergamos são pessoas que adoecem no Paraná e que custam caro para toda a sociedade. O dinheiro gasto com o tratamento de tabagistas no Paraná é cotizado por toda a sociedade paranaense, e é dinheiro que faz muita falta no Sistema Único de Saúde do nosso Estado.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças. No Horário do PSDB com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero registrar a caminhada que fizemos nesse final de semana, na Região Oeste do Paraná, acompanhado pelo Prefeito Beto Richa. Uma verdadeira peregrinação por esse Estado, percorrendo 10 a 12 Municípios, levando ao Paraná a imagem da mudança, do sentimento de renovação desse Estado, com uma alternativa de pré-candidatura do Prefeito Beto Richa. É público e notório que, em reunião realizada em Brasília, o PSDB definiu que teria pré-candidatos ao Governo do Paraná, até porque temos um candidato à Presidência da República em potencial, e não há como o PSDB ficar à margem do processo da sucessão governamental no Estado do Paraná. Definimos que teríamos dois pré-candidatos: Álvaro Dias e o Prefeito Beto Richa. Estivemos andando pelo interior do Paraná e percebemos uma vontade enorme da sociedade paranaense de se engajar nesse projeto e, com certeza será construído com o apoio das mais diversas lideranças do Estado do Paraná.

O objetivo dessa ida abaixo de chuva, o Prefeito Beto Richa com uma disposição extraordinária, com uma vontade enorme, percorreu os Municípios do Oeste do Paraná conversando com a sua gente, com lideranças, com a sociedade organizada. Estamos felizes por pertencermos a esse grupo que quer construir esse projeto de retomada do crescimento do Estado do Paraná. Um projeto que possa encarnar os sentimentos da sociedade paranaense, desde o mais humilde cidadão ao mais abas-

tado, mas que cada um possa participar efetivamente da construção de uma nova ideia, de um projeto que possa sintetizar o sentimento da mudança e da renovação neste Estado.

Nesse final de semana teremos um grande evento no Restaurante Madalosso, onde o PSDB e suas maiores lideranças, numa demonstração de unidade trarão para cá todas as lideranças do interior do Paraná. E os Partidos que já estão engajados nesse processo estarão conosco neste evento do dia 19 deste mês, no Restaurante Madalosso. Estaremos reunindo Prefeitos, lideranças partidárias que queiram se somar a este projeto maior que o PSDB começa a construir, juntamente com as forças políticas. Tenho certeza que o Deputado Romanelli, que também tem esta visão aberta, de um novo horizonte para este Estado, estará conosco e é nosso convidado para participar desse almoço, porque V. Exa., com certeza, quer participar dessa caminhada que, não tenho a menor dúvida, começa a ser escrita com uma grandeza e determinação muito forte, pelo Prefeito Beto Richa. Apenas este registro, Srs. Deputados.

Muito obrigado e, tenho certeza, os partidos DEM, PPS, PP, estarão conosco prestigiando este evento que representará, com certeza, a largada de uma caminhada histórica, que significa verdadeiramente a mudança dos quadros políticos deste Estado.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Ouçõ com atenção seu pronunciamento e me somo a ele. É uma grande reunião do seu partido, o PSDB, que terá no nosso Democratas uma presença certa, por lá estarão integrantes da política nacional que historicamente caminham juntos: PSDB e Democratas, por terem uma linha de pensamento semelhante. Naturalmente, pensando nas eleições do ano que vem, estaremos nesse caminho e lá estaremos apoiando essa grande mobilização da qual, com certeza, o PSDB terá o seu candidato a Governador.

Pela simpatia que temos, pela competência que tem o Prefeito de Curitiba, Beto Richa o apoiamos como pré-candidato a Governador pelo PSDB. E estaremos lá apoiando esta ideia e este movimento.

Obrigado!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço pelo aparte, Deputado Plauto! E quero até parabenizar o DEM pelo extraordinário evento que promoveu na Cidade de Cascavel, na sexta-feira à noite. Tivemos a alegria e o prazer de estar presente prestigiando o evento, em que a maioria das Lideranças do DEM da Região Oeste do Paraná se fez presente. Lá estava o Deputado Elio Rusch, o Deputado Sciarra, o Deputado Alcení Guerra, o Deputado Luciano Pizzato, enfim, as forças vivas do DEM se fizeram presentes.

Tenho a convicção absoluta de que o DEM, parceiro histórico do PSDB, tanto aqui no Estado quanto nacionalmente, haverá de estar conosco nesta caminhada. Manifesto a gratidão do PSDB a todos aqueles que querem se somar à construção deste projeto. É público e notório que temos uma posição muito clara. Sempre fiz política com a maior clareza possível e advogo aqui, é lógico, apesar de buscarmos a unidade do PSDB, estamos construindo esta unidade, mas tenho a minha preferência pessoal pela pré-candidatura do Prefeito Beto Richa. Não escondo isso.

Deixo aqui com muita clareza a minha posição e vamos advogar isso porque sentimos que o Prefeito Beto Richa é sinônimo de renovação e é sinônimo, acima de tudo, de uma esperança e de um alento a este Paraná, de podermos renovar o sangue da política paranaense. E é por isso que estamos engajados nesse projeto e tenho a convicção absoluta de que isso vai acontecer com a maior naturalidade, sem imposição, porque liderança política se constrói, acima de tudo, de uma forma muito natural.

O cabresto deixou de existir, há muito tempo, e é por esta razão que estamos aqui trabalhando, de uma forma muito intensa, na construção e na consolidação dessa caminhada que, com certeza, será uma caminhada histórica e vitoriosa no Paraná.

Muito obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário do PDT. Consulto o Deputado Luiz Carlos Martins se vai utilizar o horário.

(**Declina**).

Horário do PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Duas situações me trazem a esta tribuna. Uma delas é que, lendo a Gazeta do Povo, no final de semana, me surpreendi com uma matéria com uma declaração do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, com relação às eleições do Paraná. Gostaria que estivesse aqui o Deputado, Líder do Partido, Waldyr Pugliesi, mas ele não se encontra aqui neste momento. Mas preciso manifestar a minha posição. Achei inoportunas as declarações do Ministro. Não posso concordar e tenho que me manifestar.

Dizia ele que o Governador Requião não tem para onde ir. Ou é com o PT, senão tiver candidatura própria, não tem outra saída. Discordar veemente da forma, a coragem do Ministro, político experiente que é, em fazer uma declaração como essa, como uma forma de pressionar o Governador Requião, para apoiar a candidatura do PT. E aqui no Estado, consequentemente, apoiar a candidatura - com todo o respeito que tenho, nada contra ele - do Senador Osmar Dias.

Quem conhece o Governador Requião, como nós o conhecemos, sabe que ele tem pensamento próprio e toma as suas decisões. Portanto, uma declaração como esta, no meu ponto de vista, senão tivermos candidatura própria, vai jogar o Requião nos braços da candidatura do PSDB, se for o Prefeito Beto Richa ou o Senador Álvaro Dias não tem outra saída.

A declaração foi inoportuna e o Ministro não deveria colocar dessa forma, Deputado petista, com todo o respeito que devoto a V. Exa. Acho que isso não contribui em nada, para a decisão de um partido grande, como é o PMDB, que já adquiriu grandes vitórias neste Estado. E agora que tem ser atropelado para tomar uma decisão.

Dizia ainda o Ministro que foi a decisão do Presidente Lula, no Paraná, que fez com que o Requião fosse o vencedor. Não é verdade isso. Perguntaria a todos os Deputados que aqui estão, quem fez mais votos no Paraná. Foi o Presidente Lula ou o candidato do PSDB? Parece-me que o PSDB teve uma larga vantagem no Paraná. Talvez, se o Requião tivesse apoiando um candidato do PSDB, com certeza, ele faria muito mais votos.

Então, não entendi a forma como foi colocada essa matéria, com todo o respeito ao nosso Ministro Paulo Bernardo, com uma capacidade muito grande, que nos orgulha por ser um dos Ministros em Brasília paranaense. Já fui atropelado, quando o Presidente da República antecipou e colocou seu candidato, no Paraná, o Senador Osmar Dias. Agora, o Ministro Paulo Bernardo acaba de atropelar ainda mais, deixando cada vez mais distanciado o nosso partido.

Colocar essa situação, porque acho que não é dessa forma, que devemos tomar uma decisão daqui para frente, com relação à eleição.

Outra situação, Sr. Presidente, é com relação a uma situação que acho gravíssima, na nossa fronteira, que ocorre no País vizinho Paraguai. V. Exa. que também é da fronteira conhece muito bem, os milhares e milhares de brasileiros que vivem em território paraguaio, que lá têm sua família que produz. E é bom que se diga que eles são os produtores agrícolas no Paraguai, pelas mãos brasileiras. Muitos deles estão lá há mais de 30 anos as terras do Paraguai - eles compraram, pagaram e tem documento, tem escritura.

E hoje, Deputado Elio Rusch, Deputado Reni Pereira, se encontra aqui uma situação calamitosa, uma situação muito difícil, delicadíssima onde os chamados camponeses chegam na fazenda, extraem as coisas de dentro das fazendas, tiram os animais...(ininteligível)... matam na frente dos proprietários, dos colonos - para colher, fazer a colheita tem que pagar para eles e as autoridades paraguaias não erguem uma palha em função disto.

Então, estou encaminhando um requerimento aqui pela Assembleia para o Presidente da República, o Presidente Lula, que tem relações importantíssimas com o Paraguai, que tem, na verdade,...(ininteligível)... Itaipu Binacional, em parceria com o Paraguai, recentemente o

Governo brasileiro fez um acordo importante para o Paraguai, o benefício do preço da energia, e não pode ficar em silêncio o nosso Presidente com relação ao que ocorre com as famílias no Paraguai. São milhares e milhares de famílias que estão no Paraguai todas elas num clima de tensão muito grande e eu me preocupo, Srs. Deputados, nós precisamos fazer alguma coisa e quem tem condições de socorrer, claro, com mais força, é o Presidente da República.

Tenho certeza que num telefonema ou num entendimento com o Governo paraguaio, a situação será resolvida e tem gente no Paraguai que está quase sendo tocada de sua propriedade que estão lá há mais de 30 anos, como disse.

Então, quero registrar nesta Casa e não posso admitir que fique esta impunidade no Paraguai, das autoridades paraguaias e nós brasileiros, irmãos, como temos dito, os nossos brasiguaios, não fazer nada por eles.

Então, queria pedir a esta Casa que aprovasse este requerimento que estamos fazendo, para que possamos realmente manifestar a nossa preocupação com relação aos brasiguaios no Paraguai.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Dobrandino, V. Exa. está coberto de razão na tese que defende. É inconcebível que o Presidente da República faça uma negociação com o País vizinho, Paraguai, na ordem de US\$ 500 milhões, se não me engano, como compensação, e não estabelece nenhuma regra no sentido da proteção dos brasileiros que lá estão. Estão sendo escrachados, não têm garantia e este é o momento para que possamos firmar uma regra determinante no sentido de proteger os brasileiros que acabaram colonizando e geram a riqueza lá no lado paraguaio, e da forma como está, infelizmente, estamos vendo os nossos brasileiros praticamente sendo alijados do processo do País vizinho, sem a intervenção e sem a proteção do Governo brasileiro.

Apenas este registro que gostaria de fazer, porque este era o momento de estabelecer uma regra quando o País, quando o Brasil dá ao Paraguai um valor como este como compensação e não estabelece nada, em contrapartida, no sentido de proteger os brasileiros que lá estão.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Muito obrigado, nobre Deputado Traiano. Para que V. Exa. tenha uma ideia, fazer um juízo do que está acontecendo no Paraguai, tem agricultor que mora a quase 100 quilômetros da fronteira e vem dormir à noite no Brasil, em Foz do Iguaçu, de medo de ficar lá e ser atacado pelos campesinos.

A situação é delicadíssima. Estava falando ainda há pouco com o nosso Deputado Stephanes Júnior, quero pedir ao Ministro Stephanes, que é o nosso grande Minis-

tro em Brasília, talvez uma força sua ajude bastante, interceder junto ao Presidente da República que venha em socorro dos brasileiros que moram hoje no Paraguai e estão ameaçadíssimos. Então, é uma situação que precisamos refletir e o Governo brasileiro tem que realmente sair em defesa desse povo.

Por outro lado, me preocupa, não pode se repetir o caso que houve na Bolívia, que tomou parte da PETROBRAS, o prejuízo enorme, e o Governo brasileiro está sendo muito bom, muito companheiro com a Bolívia diante do que fizeram. Então, me assusta que daqui a pouco, no Paraguai, pode ocorrer a mesma coisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Bloco PPS/PMN. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Presidente Elio Rusch, primeiro queria parabenizá-lo por ocupar tão importante posto aqui na Assembleia. V. Exa que tão brilhantemente nos lidera, aqui, na Oposição ao Governo.

E para falar de Oposição ao Governo, quero trazer aqui uma história, eu fui visitar uma pessoa e ela começou me contando mais ou menos assim:

(Lê):

Ao retornar de Maringá para Campo Mourão, no dia 16 de agosto, o empresário Orival Paulo Gobbi sofreu um grave acidente de trânsito. Além de perder a esposa no acidente, o empresário fraturou o tornozelo e teve o pulmão perfurado.

Em repouso na residência onde recupera-se do acidente, Gobbi reclamou para o Deputado Estadual Douglas Fabrício (PPS), do atendimento prestado pela concessionária que administra a rodovia: “Além da demora no socorro de quase 40 minutos, fomos atendidos em uma ambulância velha e apenas um socorrista para dois acidentados. Não veio médico e só tinha um balão de oxigênio, que pedi que colocassem na minha esposa”, conta o empresário.

Gobbi disse que ficou indignado principalmente pelo fato do atendimento contrastar com o custo do pedágio. “Por causa da minha atividade, eu vivo viajando e pagando pedágio, e quando precisei de atendimento, foi desse tipo. É o fim da picada”, desabafa o empresário. Ele disse que durante o atendimento, ouvia pelo rádio da ambulância a central da empresa perguntando ao socorrista se o médico havia chegado.

O Deputado Douglas disse que recebe reclamações constantes sobre o atendimento das concessionárias de pedágio, inclusive das filas que se formam nas praças de arrecadação. “Esse é mais um dos muitos casos de

desrespeito ao cidadão paranaense. O Governo do Estado arrecada milhões com o Pedágio e faz cara de paisagem, como se não tivesse nada com isso. O pedágio não acabou, não baixou e ainda por cima não atende bem quem paga para usar as rodovias”, completou o Deputado, ao acrescentar que vai usar a tribuna da Assembleia Legislativa para cobrar providências.

Ele é um empresário lá de Campo Mourão, conhecido como viajante. Ele pega o caminhão dele e viaja pelo Paraná afora, mas principalmente pela nossa microrregião.

Se fizermos uma análise, teve um Governador que se elegeu dizendo o seguinte: “O pedágio baixa, ou acaba.” Essa é uma mentira tão grande que temos que relembrar aqui, porque chega época de campanha e o ano que vem está chegando aí. O mesmo Governador que fez com que o pedágio não baixasse e não acabasse, porque está aí o pedágio alto, caro e ainda oferecendo péssimos serviços à população. Está aqui o caso. Esse é o empresário que relatou essa situação.

Cadê o Governo para fiscalizar essas praças de pedágio, para fiscalizar se está fazendo bem feito o trabalho? Porque aí eles não fazem a duplicação das rodovias, não investem e não atendem as pessoas quando sofrem acidentes. E o que é pior implantaram um sistema que aí foram várias reclamações que eu tenho recebido, do chamado Via Fácil. É só no nome Via Fácil, porque tem filas de carros para passar nessa cancela no sistema Via Fácil, que é para agilizar. Gera desemprego, porque automatizou o processo, continua arrecadando mais e demorando para fazer com que os veículos, os usuários, demorem para passar. Então, o Via Fácil só tem nome de Via Fácil porque é uma dificuldade. O pedágio não baixou e ainda oferece esse tipo de serviço que nós estamos vendo.

Então o que estou trazendo aqui, porque aqui é Casa das Lideranças do Paraná, que foram eleitas pela população, para que possamos cobrar mas forte ainda deste Governo, que fiscalize, que tome providências, com relação, a história do pedágio.

Não é ele o inimigo do pedágio? Só que ele é um inimigo faz-de-conta. Porque não acabou com o pedágio, piorou o sistema do pedágio. Aumentou o preço e ainda piorou o atendimento das pessoas. As pessoas estão morrendo nas rodovias sem atendimento, ou o pior atendimento que é possível.

Não sou apenas o Douglas, que está dizendo aqui. Estou trazendo o depoimento do empresário Olival Paulo Gopi. Quando conversei com ele, eu disse assim: o senhor me autoriza colocar essa informação a público na Assembleia Legislativa? Ele falou assim: “Claro que autorizo, sem nenhum problema, porque é um descaso o que esse Governador faz com o Paraná”. Ele perguntou: “Por que não baixa esse pedágio?” Olha é uma situação difícil de falar aqui. Não baixa o pedágio porque o Governador não quer, porque deve estar arrecadando milhões e milhões de reais de impostos e, por isso, vai baixar de que jeito. Diminui a arrecadação. Ainda mais

no Estado do Paraná que está parecendo rabo-de-cavalo, crescendo para baixo.

Vocês viram os números do desenvolvimento, Srs. Deputados? Saiu na imprensa dessa semana. O Paraná está que nem caranguejo, andando para trás. Infelizmente! É só pegar os números. É triste.

Deputado Marcelo Rangel, com o aparte.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Douglas, parabéns pelo pronunciamento, o senhor está repleto de razão. O senhor falou, me parece que existe uma briga de faz-de-conta. Fiquei raciocinando, acho que o senhor está também muito correto com essa colocação. Porque apresentamos, aqui na Assembleia, um projeto que permitiria que as empresas de transportes escolar e acadêmico - de universidades - pudessem pagar 50% da taxa de pedágio, em todo o Estado do Paraná, porque fazem o trajeto diariamente, de uma Cidade a outra.

Tem que passar diariamente pelas praças de pedágio e poderiam ser beneficiadas, porque o projeto é extremamente constitucional, e foi avaliado, inclusive, por técnicos, advogados, pelos especialistas. Foi aprovado pela Assembleia por unanimidade, por todos os Deputados. Chegou à Mesa do Governador - o Governador que é tão briguento com as empresas de pedágio - ele vetou o nosso projeto. O projeto vai retornar aqui, espero que possamos derrubar o veto do Sr. Governador. Mas também não entendi, não é ele que briga tanto contra os pedágios.

O senhor falou a respeito do Via Fácil. Também temos um outro projeto Deputado Reni, aqui na Assembleia que está tramitando, de minha autoria e do Deputado Péricles, que proíbe a cobrança dos eixos suspensos. Nessa Via Fácil todos os eixos dos caminhões são cobrados, o que não acontece em São Paulo e em outras regiões do Brasil. Queríamos assegurar através de Legislação para que não se cobrasse, em hipótese nenhuma, os eixos suspensos. Está também travado aqui na Assembleia.

Então, eu também não estou entendendo, que tipo de briga, se é realmente uma briga de faz-de-conta.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado. Essa briga do Governador com o pedágio é a briga do faz-de-conta. Ele ameaça entrar na Justiça - tem uma briga grande, o passivo do Paraná vai pagar muito caro por isso no futuro. Ele ganhou a eleição. O Governo paga a conta. O Governo arrecada o pedágio mais caro ainda e o imposto é maior.

Lamentável essa situação que passou Olival Paulo Gopi. Como se não bastasse a tristeza de perder a esposa, ainda ficar lá esperando com muita dificuldade e o atendimento do pedágio muito ruim.

Então, no Paraná aquela expressão: “O pedágio baixa ou acaba.” Não baixou. Não acabou. Pelo contrário aumentou. O Governo está arrecadando bastante dinheiro

do pedágio e as praças de pedágio, as empresas, especialmente, no caso a Via Fácil está oferecendo um péssimo serviço para o usuário.

No sistema Via Fácil, infelizmente, são filas, dificuldades para os motoristas e, eles arrecadando mais dinheiro. Virou uma mina de dinheiro essa história de pedágio no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No horário do Partido Democratas com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Acompanha, hoje, a divulgação de um dos jornais do nosso País, que traz uma matéria um tanto quanto interessante. Um problema como esse já havíamos levantado nesta Casa de Leis, que o Estado do Paraná não vinha cumprindo os 12% que tem que investir na Saúde. E nesta matéria que vemos traz a relação de todos os Estados da nossa Federação. Para ter uma ideia, deixa de ser investido pelos Governos na Saúde Pública mais de R\$ 3,6 bilhões. Vou repetir: R\$ 3,6 bilhões. E dentre esta matéria ele aponta que vários Estados da nossa Federação deixam de investir, e cita, aqui, o Estado do Rio Grande do Sul que é o Estado que menos investe em Saúde Pública. Cita também o Estado do Rio de Janeiro, que tenta maquiar a prestação de contas, tentando inserir nos 12% obrigatórios a se investir em Saúde, gastos com os restaurantes populares e também recursos utilizados para despoluição da Baía de Guanabara.

Ele fala, também, que o estado de Goiás utilizou recursos na ampliação da rádio e TV e de gráfica estadual. Colocaram dentro dos 12% de despesa com a Saúde em gastos com gráfica. Outro Estado que também aqui aponta que investiu indevidamente recursos é o nosso Estado do Paraná que aponta, aqui, que ele incluiu nos gastos da Saúde uniformes para a Polícia Militar e também a merenda escolar. É uma situação que acontece parece-me que no Brasil inteiro.

Esse problema é questionado pela Oposição desta Casa, todo ano. Na hora de se fazer as prestações de contas que o Governo do Estado manda a esta Casa ou na hora de se fechar o ano, fica apontado de que o Governo do Estado não aplica os 12%. E nesta matéria, traz que o Governo do Paraná investiu no ano de 2007 que foi o levantamento feito, 9,81% em Saúde, daquilo que se arrecada, da receita do Estado faltando 2,19% a ser investido.

É uma situação que preocupa, diariamente vemos as reclamações das pessoas com relação à Saúde Pública no Brasil, no Paraná, nos Municípios e tudo isso nos traz uma grande preocupação. Porque cabe ao Poder Executivo como um todo respeitar aquilo que a Constituição diz

e aplicar os recursos devidos na Saúde Pública. Falo com tristeza porque tenho certeza de que todos os Governos, inclusive o Governador do Paraná se cumprisse religiosamente aquilo que a Constituição diz, tenho certeza os reclames com relação à Saúde Pública seriam muito menores.

Agradeço Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No horário do Bloco do Partido Verde com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não consegui fazer um aparte ao Deputado Douglas, mas quero dizer que esta Assembleia tem que vigiar e vigiar muito de agora até o ano que vem. Porque além de não baixar e não acabar o pedágio, podemos ter um factóide ano que vem, e ainda vai prorrogar. E esta Casa tem que vigiar muito. Ainda volto neste assunto porque já tivemos um episódio, então temos que cuidar muito.

Deputado Elio Rusch, demais Deputados presentes, imprensa. Percebi o pronunciamento do Deputado Dobrandino não só na parte que fala dos brasiguaios - o qual me somo a ele tanto no requerimento quanto no pronunciamento e na defesa desses brasileiros. Mas, também, no que se refere aí ao pronunciamento do Ministro Paulo Bernardo em relação à eleição do ano que vem. E faço isso porque temos uma conjuntura no Paraná, diferente da maioria dos Estados brasileiros, por conta das forças políticas que existem no Estado do Paraná. E vou aproveitar um episódio que ocorreu mais precisamente na sexta-feira aqui em Curitiba e fazer desse limão uma limonada.

Há muito tempo percebo um desconforto em alguns partidos aliados em relação ao nosso partido e em relação ao processo do ano que vem. E quero dizer de forma bem clara e mais objetivamente que vou aproveitar e esclarecer isso, Deputada Rosane, até porque, informalmente, não em virtude de uma visita partidária mas de uma visita com uma pessoa que está defendendo o interesse de São Miguel do Iguaçu, que é um dos Municípios que represento e, temos um problema da reserva legal em relação a alguns agricultores, fui até o IAP. Lá depois de resolvido o problema como Parlamentar, informalmente comecei a tecer comentários com o Presidente daquele órgão que pertence ao PV - partido do qual fazemos Bloco aqui na Assembleia. E já não é de hoje, inclusive não me calei, quando anunciamos aqui que era necessário começar surgir novas lideranças no Estado do Paraná. Alguns subiram até a tribuna e falaram: "Esse Grupo dos Menudos?"

E é justamente por isso que falo que o Paraná, hoje, é um Estado atípico nesse tabuleiro do ano que vem.

E convidei o Presidente do IAP, pessoa por quem não escondo, tenho uma admiração, para ele ingressar nesse grupo de novos políticos que é um grupo suprapartidário. Nesse contexto, falei das possibilidades dentro do meu partido, partido que tenho a honra de ter sido eleito e o primeiro Deputado a ser reeleito pelo partido e fazer da construção dele no Estado do Paraná, das reais possibilidades de elegermos uma boa bancada aqui na Assembleia e também de elegermos de repente, até, três Deputados Federais. E ele me falou do interesse dele para a disputa do Governo.

Falei: olha, no nosso partido já temos fechado que vamos com o Beto Richa. E por que vamos com o Beto Richa, e isso está lavrado em ata? Ninguém aqui é bobo, todo mundo sabe que o Vice-Prefeito de Curitiba é do nosso partido, e do PSB. É natural que o partido ganha muito com isso e também é natural que o PSB ofereça esse apoio. Aí muita gente questiona, Deputado Rossoni: "Mas e o Ciro?" A Executiva Nacional sabe dessa posição nossa. Coloquei também para o Vitor Hugo, que ele poderia ser o candidato do PSB se viesse num plano de o Beto Richa não ser o candidato, porque nós já fechamos: o Beto Richa é o candidato. Essa possibilidade já está pactuada aqui no Paraná e tem o conhecimento e a concordância a nível nacional.

A questão Ciro Gomes, vamos, no momento oportuno achar uma saída para isso. E se necessário for o PSB não vai se furtar, temos outros nomes. Agora quero deixar bem claro por que o PSB está com o PSDB nessa luta? Porque nesse tabuleiro que o Paraná se diferencia para o ano que vem, sempre foram - pelo menos nos últimos tempos foram os aliados do PSDB a nível estadual porque era o grupo que se opunha ao PMDB. E agora nesse contexto e nessa caminhada, acabou que compusemos para a primeira eleição do Beto Richa e para a segunda. Então, é natural que não seríamos nós que iríamos negar esse apoio.

Então, quero deixar bem claro que não existe um desconforto. Explicar que não fui oficialmente procurá-lo para ser candidato. Coloquei que existe, sim, a possibilidade e essa possibilidade existe para ele como existe para o próprio Vice-Prefeito de Curitiba. Caso o Beto Richa não seja candidato, o próprio Luciano está capacitado para ser o nosso candidato a Governador, assim como existem tantos outros. Agora, nós estamos no projeto somente com o Beto Richa, do PSBD, por quê? Porque todo mundo aqui sabe que somos o Vice.

Concedo um aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Em momento algum nós, ou pelos menos eu, me senti agredida pela iniciativa de V. Exa. Conheço-o o suficiente para saber do seu compromisso ético conosco.

Então, é pelo contrário: é ver um dos nossos filiados, um dos componentes do nosso partido ser convidado ou teoricamente convidado - em cima da situação que o senhor acaba de explicitar - é para nós uma honra. Não

tenho dúvidas de que o Vitor Burko é um grande quadro da política do Paraná. E diga-se de passagem que o estamos convidando para que esteja nesta Casa ainda nesta semana, mas no momento oportuno falarei a respeito.

Muito obrigada!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado, Deputada Rosane!

Quero deixar bem claro que trabalhei a hipótese, mas o nosso partido não trabalha hipóteses, porque temos a certeza de que o Beto é candidato e que vamos apoiá-lo.

Tenho minhas dificuldades, está aqui o Deputado Dobrandino, que acabei de enaltecer pelo discurso, somos adversários locais e sempre caminhamos em lados opostos na política local de Foz do Iguaçu, mas não é por causa de uma questão bairrista que eu me afastaria de um projeto a nível estadual. Provavelmente continuaremos caminhando separados, mas não a ponto de não poder conversar, até porque eu nunca fechei a porta na política do Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Reni, quero louvar a manifestação de V. Exa., principalmente quando fala em nome do PSB. É histórica no Paraná essa relação de lealdade entre o Prefeito Beto Richa e o Vice-Prefeito Luciano Ducci. É importante que o PSB se manifeste, através de V. Exa., até para contrapor alguns questionamentos que têm sido feitos pela imprensa, alguns jornalistas colocando em dúvida o posicionamento do Vice-Prefeito com relação à possibilidade de o Prefeito Beto Richa ser candidato ou pré-candidato a Governador. Não tenho a menor dúvida de que o PSB estará alinhado politicamente se o Prefeito Beto Richa for candidato a Governador, até porque essa lealdade é histórica e não é de hoje. O Prefeito Beto Richa confia piamente em seu Vice e, portanto, quero realmente enaltecer essa sua manifestação e tenho certeza que V. Exa. está tendo grandeza quando coloca com toda clareza as suas divergências de ordem política e ideológica com o Deputado Dobrandino, mas quando estamos advogando um projeto maior, temos que realmente desarmar os nossos espíritos e compreender que o Paraná está acima de qualquer interesse de ordem pessoal. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado, Deputado Líder do PSDB!

E para esclarecer: tive sim uma conversa informal, coloquei a possibilidade e essa possibilidade, para o partido, é única, é a candidatura, até porque nós teremos a Prefeitura, o que é importante, junto com o ex-Deputado Luciano Ducci, que é do nosso partido. O partido sabe o que significa isso a nível estadual e a nível nacional também. Não faltarão companheiros - inclusive em uma possibilidade que nós não trabalhamos a nível partidário, mas que eu trabalho como membro do PSB, de eventual-

mente o Prefeito não sair candidato - aqui no Paraná para sair candidato, como o próprio Vice-Prefeito, o Luciano Ducci, e eu sou companheiro e não vou fugir da luta para construir um palanque para o Ciro Gomes, porque nós entendemos que enquanto muita gente comemorou quando uma candidata passou dos 20 pontos o nosso candidato, que não está usando a máquina pública, está subindo naturalmente como uma opção viável de candidatura à Presidência da República. Isso é um projeto partidário, e com certeza nós, do Paraná, teremos a grandeza de buscar uma solução. Agora, no projeto do Estado do Paraná o PSB já fechou questão com o Beto Richa. E quero deixar isso de forma clara, que não é por colocações em jornal que eu vou deixar de continuar fortalecendo o meu partido, continuarei fortalecendo, assim como todos os companheiros, porque todos os partidos que querem crescer, e se oferecer como oportunidade para o povo paranaense, têm que procurar liderança. Continuarei procurando de maneira expressa e estatutária pelo partido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo. Com a palavra Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do Governo: Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Hoje tivemos uma reunião na Granja Canguiri, uma reunião extremamente interessante, onde quase 20 Presidentes de sindicatos, sindicatos que movimentam a grande força trabalhista hoje do Estado do Paraná, onde o Presidente da Força Sindical Sérgio Butika; o Presidente da CUT, Roni Anderson Barbosa e o Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, o Juvenal Sim, e mais ainda a Deputada Beti Pavin que lá estava, os Deputados Federais Ratinho Júnior, Roveda, Florisvaldo Fier e o Deputado Ângelo Vanhoni, discutiram uma ação, não só pela isenção, pela redução dos impostos, por um projeto de crescimento, que *data vênica*, alguns Deputados talvez estejam desinformados sobre o crescimento da empregabilidade do nosso Estado, estejam desinformados sobre a mudança da estrutura da arrecadação do Estado, e pela estabilidade econômica financeira que o Governo está passando.

Nós hoje, diferentemente dos demais Estados, conseguimos dar aumento aos funcionários públicos, conseguimos isentar 96% das empresas, micro e pequenas empresas do Estado, reestruturamos a Educação, reestruturamos 40 hospitais, sendo 24 novos hospitais distribuídos nas suas microrregiões, e temos ainda a condição de investimento, quase 100 Bibliotecas Cidadãs, quase 300 Postos de Saúde da Mulher e da Criança; projetos que passam pela usina de Mauá, que falamos ainda há pouco

a respeito da COPEL, a forma das desapropriações, que já pedi que venham aqui à Casa, em parceria com o Deputado Romanelli, explicar a forma como está sendo feita a desapropriação das áreas da Usina de Mauá.

Se realmente, da maneira como nos foi explicado, Deputado Tadeu Veneri, nós usarmos como modelo para o Brasil, aquele modelo, reembolsando algumas propriedades, quase cinco vezes o valor da propriedade nominal, dando a condição não apenas para o patriarca, mas para os seus herdeiros acima de 18 anos a sequência dos pequenos produtores que nós temos naquela microrregião.

Por isso deixar bem claro que os assuntos pertinentes ao Governo do Estado estão sendo muito bem tratados. Mas hoje essa reunião com todos os Deputados era para tratar da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Um projeto que influencia, não só a parte econômica no acréscimo da empregabilidade do Estado, do lazer que pode ser acrescentado dentro da vida dos trabalhadores do nosso Estado, mas num aspecto geral de retribuição dos empregadores aos seus funcionários, buscando não só a genialidade, a criatividade das secretarias de trabalho, de ação social, de dezenas de empresas muito bem representadas que lá estavam e que, conforme alguns benefícios que já receberam e outros que estão solicitando, podem vir a sair do papel este modelo de proposta que imaginamos ser frutífera ao mercado. Não dando o prejuízo que algumas empresas anunciaram. Cada caso é um caso. Cada caso tem sua linha de entendimento e a postura do Governo também.

Temos milhares de empresas que foram beneficiadas, e a grande maioria já conquistou quase 600 mil novos empregos. Novos postos de trabalho, que isso não é para qualquer Estado. São pontos positivos que estamos discutindo com uma massa sindical organizada, pessoas competentes, preparadas demonstrando que, ao invés de estarmos discutindo apenas os bastidores das coligações partidárias, o Governo continua trabalhando, continua tendo uma visão que o Governo voltado à área social pode agremiar e trazer benefícios a todos o Estado, sem perder a arrecadação. Que é uma visão altruísta de alguns Estados que não tem essa visão de que, quanto mais empregos estiverem na força de trabalho, quanto mais empresas estiverem isentas de impostos, mais investimentos teremos também no giro do capital, na economia normal e na economia das nossas empresas.

Por isso, venho com satisfação dizer que essa primeira reunião foi uma reunião de trabalho, onde vários Deputados ponderaram que, se hoje na Câmara Federal fosse colocado em votação ainda não passaria, palavras do Deputado Florisvaldo Fier. Mas, que já é um tema de discussão maior, onde os Países mais evoluídos não têm a indústria funcionando no sábado. Dando a condição da pessoa investir seu tempo no lazer, gastar o seu tempo e dinheiro também no convívio familiar e no reinvestimento no turismo, nas coisas que fazem a vida da gente ser mais feliz.

Vejo com satisfação esse entendimento do Governo com maturidade, sem pressão, sem amadorismo, buscando todos os lados. Um Governo que, a cada pedido, a cada solicitação tem nos surpreendido com o viés da busca de parcerias. O próprio Governo Federal que tem nos dado oportunidade de parcerias também está sensível ao projeto aqui do Paraná. Falava há pouco para uma rádio que o crescimento industrial do Paraná, já apontado pelas empresas de circulação Rede Globo, Gazeta do Povo e tantas outras empresas que fazem a divulgação do nosso Estado tem batido que o Estado do Paraná continua ainda à frente na média *per capita* dos demais Estados, diferente do que muitos têm propagado.

Lógico que o clima político se aproxima. O nervosismo partidário, a insegurança, a temerária da história, meu amigo Stephanes, que escreve Demóstenes, que o julgado será antecipado pela política. E a política está sendo feita, neste momento, nas coligações. Alguns já nomearam os Governadores, outros já nomearam os Deputados Federais, Estaduais e os futuros, porque ainda têm muitas vagas aqui na Assembleia, mas é o caminho que estamos tendo.

Deputado Nelson Justus, agradeço a oportunidade, mas vamos refletir porque esse projeto da redução da jornada de trabalho poderá trazer, em breve, um benefício muito positivo, não ao Estado apenas, mas ao nosso País. Com a melhoria da qualidade de vida que o Presidente Lula oportunizou, que os Estados oportunizaram, que a economia oportunizou, temos a certeza que é uma discussão extremamente positiva, não só agora, mas em qualquer momento em que tenhamos a oportunidade de discutir isso, em nosso Plenário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Último orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na verdade, tinha me preparada para fazer um pronunciamento sobre outro assunto, mas diante das colocações do Deputado Kielse Crisóstomo devo mudar o assunto que iria abordar. O Deputado Kielse, pinta um quadro como se o Paraná tivesse às mil maravilhas. Deputado Kielse diz que o crescimento do Estado se vê através da receita, da sua arrecadação e das ações que existem por parte do Governo na área social, na agricultura e na industrialização. No entanto, o que nós vemos na realidade não é isso Deputado Kielse. E o IPARDES mostrou isso e, no final de semana, foi publicado.

Em 2002, o Paraná representa 5,98% do PIB nacional; em 2003, o Paraná salta para 6,44% do PIB produzido no nosso País. Por que isso? Graças a um projeto de

desenvolvimento econômico implantado pelo Governo, no passado, no nosso Estado, do qual o Deputado Nelson Justus, Presidente da Casa hoje, era Secretário da Indústria e Comércio, e V. Exa., Deputado Kielse, era Deputado do mesmo partido do Governador Jaime Lerner, o qual V. Exa. defendia muito. Então, o crescimento que o Paraná teve, na década de 90 até 2002, 2003, se deve aos investimentos que houve no setor produtivo, quer na industrialização, quer na agricultura.

Após 2003, não se viu mais nenhum projeto e nenhuma grande empresa se instalar no nosso Estado. Aliás, pelo contrário, a partir de 2003, se implantou no nosso Estado a insegurança jurídica, porque rompimento de contrato se tornou praticamente regra por este Governo. Pergunto ao Paraná que, neste momento, está me assistindo através da TV SINAL: qual é o grande empresário e qual é o investidor que faria ou que fará um investimento num Estado que, quando muda o Governo, rompem-se os contratos e não se cumpre com aquilo que foi firmado num Governo? Ora, quando o Governador Roberto Requião na atualidade, o ex-Governador Jaime Lerner, o José Richa, o Álvaro Dias, enfim, todos os ex-Governadores que passaram pelo Estado do Paraná, quando assinaram um convênio, um contrato, uma parceria, que não foi assinado em nome da pessoa, mas sim em nome do Estado. Ora, tudo isso que o Governador Jaime Lerner, ou o Governador Roberto Requião está fazendo hoje, essas ações e atitudes que estão na Justiça hoje, que amanhã ou depois serão julgadas, quem vai pagar a conta não será o Governador Roberto Requião. Quem pagará a conta é a sociedade do Paraná. O passivo que este Governo vai deixar será algo incalculável. Só o tempo vai dizer se estamos com a razão ou não.

Eu disse, Srs. Deputados, que o Paraná representa no PIB nacional, em 2003, 6,44%. Para quanto caímos agora em 2008? Para 5,84%, que representa nada mais, nada menos, do que R\$ 59 bilhões. A que se deve isso? Primeiro, também pela crise que vivemos e pela frustração das safras. Não vamos ser ingênuos e vamos reconhecer isso. Por que atingiu só o Paraná e não outros Estados? Por que crescemos menos? Na média geral crescemos mais do que o País. Mas em termos de crescimento e daquilo que representamos na economia e no PIB nacional, representamos hoje 59 bilhões a menos do que em 2003. É só fazer o cálculo. O PIB em 2002, a projeção, porque não existem os números exatos feito pelo IPARDES, que deve chegar a 2 trilhões e 889 bilhões. O Paraná representa nisso algo em torno de 168 bilhões. Isso representa 5,84%. Se continuássemos representando 6,44%, teríamos 59 bilhões a mais de produção no Estado do Paraná.

Então, quando vamos falar em economia, temos que lembrar de todos os aspectos. Aquilo que aconteceu, o que acontece e o que poderá acontecer. O crescimento da receita no Estado do Paraná é fácil de ser verificado. A receita se deve graças à industrialização. Vou um pouco mais além. O que o Paraná representava também nas

exportações, em 2003? Ele representava, em nível nacional 9,8% de tudo que era exportado no Brasil, que era do Paraná. Em 2008, representa 7,7. então, exportamos bem menos.

(Discussões paralelas entre os Deputados Elio Rusch e Cleiton Kielse)

Deputado Kielse, quando o Governo do Estado, há duas ou três semanas atrás, disse que houve uma queda, uma diminuição na receita, houve sim, no FPE - Fundo de Participação do Estado, como houve uma redução do FPM - Fundo de Participação dos Municípios. O Estado arrecadou algo em torno de 35 bilhões a menos. Mas em ICMS, o Estado do Paraná, no primeiro semestre do ano passado e no primeiro semestre deste ano - não tenho os números - chega a algo em torno de R\$ 200 milhões a mais que o Governo arrecadou. Em IPVA o Governo arrecadou mais de 200 bilhões este ano, que o ano passado.

E o Governo, Deputado Kielse, Srs. Deputados e paranaenses, divulgou só aquilo que interessou a ele. Ele não divulgou aquilo que interessa à sociedade, quanto deixou de arrecadar e quanto ele arrecadou, e os mesmos números que V. Exa. apresenta, eu concordo, o Paraná cresceu mais do que a média nacional, claro, mas é impossível não crescermos mais, porque o Paraná hoje é a quarta, quinta potência, Estamos atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, quarta, quinta potência do Brasil, mas produzimos menos em relação à produção do Brasil. Isto tem que ser dito. Agora, o Paraná tem que conquistar aquilo que merecemos. O Paraná perdeu muito.

Alguém disse hoje aqui em termos da nossa ascensão, como o Governo Federal, também para os Países vizinhos, que vamos pagar mais para a Itaipu, algo em torno de quase 300 milhões...

(Término do tempo)

... Concluo. Peço desculpas, Deputado Kielse, sempre cedo aparte e V. Exa. sabe disto, mas com toda certeza este é um tema que podemos abordar no dia de amanhã, com toda certeza travar um grande debate sobre esta questão. E gostaria, já que V. Exa. vai se inscrever amanhã, até gostaria que o senhor já trouxesse, eu vou lhe antecipar que traga quais foram os grandes investimentos que houve no Paraná nestes últimos sete anos, quais são as grandes empresas, as grandes responsáveis pela geração de renda e de impostos no nosso Estado do Paraná.

Sr. Presidente, agradeço a atenção dos senhores e dizer só o seguinte: o ICMS aumentou porque fizemos uma reforma tributária em cima de cinco itens que são responsáveis por 60% da receita do ICMS no Estado do Paraná. Quem paga a conta é o consumidor.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 864/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, obras de conservação da estrada LK-002, no Município de Presidente Castelo Branco. **À Diretoria, para os devidos fins.**

Indicação nº 865/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Superintendente Regional DNIT/PR, a implantação de uma passarela na BR-376, Contorno Sul, no Km 595, no perímetro urbano do Município de Curitiba. **À Diretoria, para os devidos fins.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 06 (seis), de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 098/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 021/09, de 18/03/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 340/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispensa comprovação da conclusão do antigo ensino primário e ginásio, para aqueles que comprovem a conclusão do ensino

médio ou na época colegial. **Aprovada. (Publ. no DA nº 073/09, de 01/07/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 374/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de São Mateus do Sul. **Aprovada. (Publ. no DA nº 085/09, de 04/08/09, em Mensagens).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DICUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 1º da Lei nº 12811, de 21/12/99, que criou a CIRETRAN de Fazenda Rio Grande. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4269, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, só solicito que seja feita a cotação através do painel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Será votado no painel. Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento votam com a expressão SIM, os contrários votam com a expressão NÃO.

Votando.

Vai se proceder a apuração: 36 Srs. Deputados votaram; três abstenções, 22 NÃO, 10 SIM.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 4270, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante de expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, encaminho contrário à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação também pelo painel eletrônico. Os Deputados favoráveis ao requerimento votam com a expressão SIM, os contrários votam com a expressão NÃO. Votando.

Vai se proceder a apuração: 36 Srs. Deputados votaram; três abstenções, 22 NÃO, 10 SIM.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 4397, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante de expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria encaminhar esse requerimento no sentido de podermos aprová-lo.

Agora, tenho uma dúvida aqui, que os critérios podem ser dados pela Secretaria do Meio Ambiente, mas os valores só podem ser dados pela Secretaria da Fazenda.

A minha sugestão é que o autor retirasse e formulasse o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

o autor não encontra-se no plenário.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) **(Pela Ordem)**

Peço para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 4414, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria encaminhar no sentido de votar não.

Aqui é fulanizar o tema que é específico entre o Estado e uma empresa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estranho os encaminhamentos. Até agora o Deputado Romanelli autorizou um e três não. Os três requerimentos eram coisas pequenas, nada de mais grave. A prova do que eu falei agora a pouco é esse escândalo do BANESTADO. Não tem problema. Não queremos mostrar o que está acontecendo, o povo do Paraná está vendo que V. Exa. é a cabeça pensante e relampeante desta Assembleia. Não tenha dúvida nenhuma. O povo do Paraná está vendo que não quer aprovar.

Esse requerimento, estou pedindo informação sobre os gastos do Governo do Estado do Paraná com a Editora Tribuna do Norte. Quanto o Estado do Paraná gastou ao longo dos anos com essa empresa? O Estado gastou bastante. Estou apenas querendo saber quanto foi. Não é fulanizar, Deputado Romanelli, é só saber.

Acho que um Governo não tem medo não deixaria de aprovar um requerimento desse. Só pedindo a informação. Perguntar não ofende. Quanto gastou em publicidade, o jornal, lá na Região Norte, Editora Norte do Paraná S/A? Fez licitação? Como se faz licitação? Uma informação que acho que não faz mal a ninguém. Uma informação simples, que espero que esta Casa aprove, porque acho que esse pedido de informação só vai mostrar quanto se gastou. É um dever de nós Parlamentares sabermos quanto é gasto pelo Estado, principalmente nessa área de publicidade.

Espero, peço aos Deputados que votem SIM.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação.

Os Deputados que forem favoráveis votem com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários, com a expressão NÃO. Votando: 33 Deputados presentes; seis abstenções, 21 NÃO, cinco SIM.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 4464, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e demais Deputados membros da Bancada da Oposição, constante de expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, encaminhamos pela votação com a expressão NÃO no presente requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Não vejo motivo para o Líder do Governo encaminhar contrário a esse projeto, uma vez que nesta Casa votamos um projeto até muito polêmico, onde o Tribunal de Justiça colocou R\$ 20 milhões e o Governo do Estado R\$ 19 milhões para a compra de uma área para formar a futura sede do Centro Judiciário. O que solicitamos é se essa compra já foi concretizada ou não, se existem ações na Justiça ou não.

Então, não entendi o porquê do encaminhamento contrário pelo Líder do Governo. É apenas uma informação. Nós votamos o projeto, autorizamos o Governador do Estado a fazer a compra dessa área e não sabemos se ela foi comprada ou não.

Então, não vejo o motivo do Líder do Governo encaminhar contrário. É para apenas informar se foi ou não comprado. É uma lei que aprovamos aqui na Casa, autorizamos o Governo do Estado e agora solicitamos se foi comprado ou não, e o Líder do Governo encaminha contrário.

Desculpe-me, Deputado Romanelli, mas não entendo a sua posição, porque se votamos autorizando o Governo do Estado a abrir um crédito especial suplementar, para que o Governo do Estado tivesse recursos necessários para a compra dessa área que vai servir para

estacionamento e também para o próprio Tribunal de Justiça, é só saber se foi comprado. É só isso!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Está em votação. Srs. Deputados favoráveis ao requerimento votam com a expressão SIM e os que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Será procedida a apuração. São 33 Srs. Deputados presentes, sendo duas abstenções, 16 NÃO e 14 SIM. Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 4329, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Solicito votação no painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento votam com a expressão SIM e os que forem contrários com a expressão NÃO.

Será procedida a apuração. Está **aprovado** o requerimento.

Requerimento nº 4354, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.**

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Queria gastar dois minutos da atenção das Sras. e Srs. Parlamentares, porque esse requerimento da Deputada Cida é da maior importância, Sr. Presidente.

O fato é que especialmente o Ministério Público Estadual, através dos promotores de Justiça, especialmente que trabalham na área do patrimônio público, estão pressionando as Prefeituras Municipais. E tem Prefeitura fechando creche, por conta, é claro, de situações que envolvem a própria gestão, a precariedade de contratação, enfim, questões na verdade que são complexas, principalmente para quem conhece a realidade dos pequenos e médios Municípios do Estado do Paraná.

Quero dizer, Sr. Presidente, que o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, que é indiscutivelmente uma grande autoridade na área da proteção da infância e do adolescente em nosso Estado, além de ser Procurador Geral do Estado, ele tem que efetivamente ver o que está acontecendo no âmbito do Ministério Público, da pressão que muitos promotores e promotoras fazem em relação às Prefeituras, porque estão sendo desativados serviços importantes por questões meramente formais e que não são de fácil solução, interrompendo, na verdade, o ano de trabalho das pessoas em Municípios muito carentes, em comunidades rurais. Eu mesmo conheço algumas situa-

ções, por isso que estou me referindo a isso, e certamente a Deputada Cida também tem essa informação.

Penso que o Ministério Público tem que interromper esse ciclo, porque não dá mais para continuar vendo essa situação. Aliás, até a semana que vem, com o devido respeito que tenho, vou fazer um pronunciamento sobre a atuação que temos, na minha avaliação, até um certo desvirtuamento daquilo que deveria ser para o bom funcionamento das instituições. Penso que esse requerimento é de solicitação de providências, mas que têm que ser tomadas tanto pelo Tribunal de Contas, pelos órgãos técnicos, e vou dizer, especialmente pelo Procurador Geral de Justiça, para poder interromper esse ciclo, que é extremamente perigoso do ponto de vista do interesse das nossas crianças, especialmente das nossas crianças.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários com a expressão NÃO. Vai se proceder a votação.

Aprovado.

Requerimento n° 4461, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero encaminhar a esse requerimento, porque é só acessar o site do Ministério Público do Paraná, a gestão do dinheiro público, e lá estão todos os pagamentos de contratos e ações e todo o dinheiro que efetivamente é disponibilizado para o pagamento dos contratos aditivos que o Ministério Público faz com absoluta transparência, da mesma forma que faz o Poder Executivo.

Então, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: basta acessar o site do Ministério Público que é muito simples de obter essas informações que são requeridas. Por isso encaminhamos que os Parlamentares votem com a expressão NÃO a esse requerimento encaminhado ao Ministério Público.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, estranho um pouco o Deputado Romanelli, que agora é o líder também do Ministério Público; já foi o líder do Poder Judiciário também, recentemente ele inviabilizou aqui um requerimento importante que falava sobre superfaturamento do anexo do Tribunal de Justiça. Mas o Deputado Romanelli não quis aprovar o requerimento e por isso não tivemos as informações que mostram que nove Desembargadores votaram contra a aprovação das contas da construção do anexo aqui ao lado, que houve, além de superfaturamento, muitas coisas estranhas ao serviço público.

Deputado Romanelli, V. Exa. fala que tem algumas questões formais envolvendo o Ministério Público. Esse

requerimento meu só tem a intenção de mostrar que o Ministério Público paga seus fornecedores sem o empenho prévio. E paga a folha de pagamento de seus funcionários sem empenhar também em alguns momentos.

Inclusive quero dizer aos funcionários do Paraná que os membros do Ministério Público já receberam a URV, foram 14 milhões já pagos pelo Ministério Público aos funcionários. E fez muito bem em pagar, normal, direito. E agora vou começar uma luta para que o Estado do Paraná pague todos os funcionários, que têm direito. e o Ministério Público pagou diretamente, para evitar o precatório. Isso é legal?

Se fosse um promotor que fizesse uma ação contra o Prefeito, diria que está errado o Prefeito, mas o Ministério Público fez bem e pagou seus funcionários.

Quando um Prefeito deixa de fazer um empenho prévio, o Ministério Público abre uma ação, entra na Justiça e quer cassar os direitos do Prefeito que não fez o empresário prévio. Esse requerimento meu só quer mostrar que o Ministério Público Estadual faz isso e não dá ação nenhuma.

Sei que vou perder esse requerimento. Quero dizer ao povo que está me assistindo que vou continuar guerreando, vou continuar mostrando o outro lado que algumas pessoas não querem mostrar, que envolve Poderes, que os Poderes não querem mostrar o que está acontecendo. Coisas como a URV que os nossos funcionários não receberam, mas que os funcionários do Ministério Público receberam. E deviam receber mesmo, acho justo. Esse requerimento meu só quer mostrar que, às vezes, um promotor lá do interior usa de muita rigidez com os Prefeitos e, por causa de um empenho prévio, faz uma ação e executa os Prefeitos. Quero provar isso, que o Ministério Público pagou seus funcionários sem empenho. Isso acontece. Todos os Poderes pagam, até a Assembleia Legislativa faz isso, as Prefeituras fazem isso também. Mas quando é um Prefeito é ação, direitos políticos.

Garanto, Deputado Romanelli, que lá na COHAPAR V. Exa. pagou alguma coisa sem empenho prévio. Duvido que não. Se não tiver empenho lá, tem que fechar!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

O Deputado Jocelito não pode me citar e ainda como se eu tivesse cometido alguma ilegalidade, até porque se ele conhecesse a Lei das Sociedades Anônimas, ele saberia que a COHAPAR é uma S/A e que lá não tem empenho, nem prévio, nem posterior.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Enfim, uma pena que o Deputado Romanelli não queira deixar aprovar esse requerimento, pois iria mostrar ao Ministério Público - atenção Srs. Deputados, a grande maioria dos seus Prefeitos passam por isso - que os promotores, em outras Cidades, executam os Prefeitos por

pouquinho coisa e que o Ministério Público, em nível estadual, faz a mesma coisa e para eles pode não dar absolutamente nada. Eu sei que vou perder, mas tem aquele ditado que diz: é melhor perder, mas ter respeito e saber o que está fazendo. Perder de pé.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação. Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO. Votando.

Vai se proceder à apuração: 29 Srs. Deputados; 19 NÃO, oito SIM, uma abstenção.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento da Comissão Executiva e das lideranças de todos os partidos, requer voto de congratulação ao Dr. Olympio de Sá Sotto Maior. Em discussão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de ouvir a leitura do requerimento na íntegra, Sr. Presidente, Vou votar favorável, mas gostaria de ouvir a leitura do que representa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

(Lê requerimento)

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só justificando e parabenizando o encaminhamento desse voto de congratulações, mas reiterando uma conversa que, na semana passada, tivemos com o Dr. Olympio, que não só ele é Presidente do Conselho dos Procuradores Estaduais, mas também têm condições de ato deliberativo pelo conselho junto aos Procuradores Federais, junto aos TREs, junto a toda classe dos Promotores do Brasil inteiro.

Por isso, não só aprovo, mas também parabenizo o nosso Procurador Geral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão. Em votação. Os Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM, os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO. Votando.

Vai se proceder à apuração: 28 Srs. Deputados votaram; 27 SIM.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento n° 4332, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4460, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 4387, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento n° 4398, de autoria dos Deputados Nelson Justus, Alexandre Curi, Valdir Rossoni e demais Deputados Líderes Partidários, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4402, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4403, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n°s 4412 e 4413, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4417 a 4433, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4435, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n° 4436 a 4457, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4462, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Apenas comunicar aos Srs. Deputados que teremos amanhã a votação do projeto que tem sido amplamente discutido nesta Casa, da Lei Antifumo. Por determinação da Mesa Executiva, em reunião feita no dia de hoje, definimos que não haverá a presença de público nas galerias, nem aqui ao lado e nem nas galerias do 1° e 2° andar.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Para registrar e lamentar que hoje é um dia triste para Foz do Iguaçu. Em nome dos Deputados Dobrandino, Chico Noroeste e em meu nome, acabo de receber a notícia de que fechou um jornal diário que tínhamos lá, que era independente. Inclusive, boa parte das notícias desta Assembleia era veiculada por esse jornal.

Obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/09.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 060/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1936/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6521, datado de 19/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de Imposto de Renda Retido na Fonte dos proventos de pensionista de MARFISA BRAMANTE CERSOSIMO BIANCHI, matrícula nº 10015, viúva do ex-Deputado Haroldo Bianchi, com base no Laudo Médico de nº 0039/09, expedido por Junta Médica desta Casa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9250/95, e de acordo com o artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 7713/88, com nova redação dada pela Lei nº 11052/04, combinado com o artigo 39 e inciso XXXIII do Decreto Federal nº 3000/99 - Regulamento do Imposto de Renda - e nos termos do artigo 5º, inciso XII, da Instrução Normativa 015/01 da SRF, informando que a doença se deu a partir de 06/12/07.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1937/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10629, datado de 20/08/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a TEREZINHA ALVES, matrícula nº 41013, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Coordenadoria do Serviço Médico, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01/09/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o extrato contendo em suma o resultado da reunião realizada em 01 de setembro de 2009, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei nº 576/07 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 772/07 - Parecer contrário à emenda - Recurso

- Projeto de Lei nº 361/08 - Parecer contrário

(a) DURVAL AMARAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Atas de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência

do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Alexandre Curi e Felipe Lucas. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Caíto Quintana. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 576/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 772/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Recurso apresentado tempestivo à emenda. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana à emenda substitutiva geral de Plenário - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 361/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 257/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Os Srs. Deputados Nereu Moura, Artagão Júnior e Rosane Ferreira SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 658/07, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rosane Ferreira. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício e Luiz Claudio Romanelli SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Douglas Fabrício apresentam requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 243/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 243/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior; Projeto de Lei nº 388/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli; Projeto de Lei nº 147/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati e Projeto de Lei nº 276/09, de autoria do Poder Executivo, todos anexos. O Sr. Deputado Artagão Júnior SOLICITA ADIAMENTO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Depu-

tado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Ademir Bier, Alexandre Curi, Elton Welter, Felipe Lucas e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se ao Expediente: requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 243/08 aprovado na última reunião, dia 01/09/09. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 243/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior; Projeto de Lei nº 388/08 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli; Projeto de Lei nº 147/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati e Projeto de Lei nº 276/09, de autoria do Poder Executivo, todos anexos. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de destaque de votação à Emenda nº 05. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de destaque de votação à Emenda nº 07. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS. O Sr. Deputado Artagão Júnior, relator da matéria, apresenta parecer favorável à Emenda de nº 06, objeto do recurso tempestivo contra o parecer exarado anteriormente e contrário às Emendas nºs 01, 02, 05, 07, 08 e 10, objetos dos recursos tempestivos contra o parecer anteriormente apresentado. O Sr. Presidente coloca em votação o parecer do relator - APROVADO, ressalvada a votação das emendas que tiveram destaque aprovado, a saber, as de nº 05 e 07. Os Srs. Deputados Nereu Moura, Artagão Júnior, Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri, Reni Pereira e Duílio Genari votaram favorável ao parecer. Os Srs. Deputados Francisco Bühler, Ademar Traiano, Douglas Fabrício e Caíto Quintana votaram contrariamente. O Sr. Presidente coloca em votação a Emenda nº 05 - APROVADA. Os Srs. Deputados Francisco Bühler, Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Caíto Quintana, Tadeu Veneri e Duílio Genari votaram favoravelmente. Os Srs. Deputados Nereu Moura, Artagão Júnior, Luiz Claudio Romanelli e Reni Pereira votaram contrariamente. O Sr. Presidente coloca em votação a Emenda nº 07 - APROVADA. Os Srs. Deputados Nereu Moura, Francisco Bühler, Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Caíto Quintana e Duílio Genari votaram favoravelmente. Os Srs. Deputados Artagão Júnior, Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri e Reni Pereira votaram contrariamente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Publicações Administrativas:**Procuradoria Geral****Parecer**

GABINETE DA PROCURADORIA
PARECER Nº 164/09

Interessado: ANNIBAL DUMONT

Assunto: Promoção

Protocolo: 10.986/09

I - ANNIBAL DUMONT, matrícula nº 40151, portador do RG nº 145. 538-7/PR e CPF nº 044.682.799-15, funcionário aposentado desta Casa, requer promoção por antiguidade por ocasião de sua aposentadoria.

II - O pedido está instruído com cópias dos documentos acima mencionados.

Está informado pela Coordenadoria de Relações Trabalhistas no sentido de haver sido admitido em 15/03/83, ser ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, lotado na Diretoria de Serviços Especiais.

Encontra-se anexada cópia de sua ficha funcional.

III - A informação acima reportada deve-se ao fato de que sua aposentadoria compulsória, concedida através do Ato da Comissão Executiva nº 1856/09, publicada no Diário da Assembleia nº 089, de 11/08/09, ainda não haver sido homologada pelo Tribunal de Contas.

IV - A Lei nº 6174/70, em seu artigo 79, parágrafo 2º, determina que as promoções devidas e não concedidas dentro do prazo legal, sejam decretadas por ocasião de morte ou aposentadoria. Há, porém, a ressalva do *caput*: “desde que verificada a existência de vaga.”

Por fugir de nosso alcance a verificação de tal situação, o pedido foi encaminhado ao senhor Diretor de Pessoal para informar sobre a existência de vagas à época da aposentadoria do Requerente.

A informação, às fls. 07, diz que não havia vagas.

V - Assim, podemos, apenas opinar que a aplicação do citado artigo 79 e seus parágrafos, da Lei nº 6174/70, depende da existência do setor competente, razão pela qual, somos pelo indeferimento do pedido.

É o parecer, SMJ.

Gabinete da Procuradoria, em 03/09/09.

(a) NORMA DAL BIANCO DE ANDRADE

DESPACHOS:

PROCURADORIA GERAL

I - De acordo com o Parecer nº 164/09.

II - A administração do Sr. Diretor Geral.

Em, 03/09/09.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

DIRETORIA GERAL

Protocolo nº 10986/09

1 - Indefiro nos termos da Procuradoria.

2 - À DSE para publicação.

3 - À DA para arquivar.

Em, 10/09/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Diretoria Geral**Contrato para Prestação de Serviços**

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
PUBLICAÇÃO

Convite: 059/09.

Protocolo: 8992/09.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 77.799.542/0001-09, estabelecida à Praça Nossa Senhora da Salete, s/n - Centro Cívico - Curitiba/PR, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Sr. Abib Miguel, doravante denominada como CONTRATANTE e a empresa Danigui Edição de Jornais Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.861.697/0001-49, estabelecida na rua Oscar Pires da Silva nº 436 - Jardim Maria Luiza - Antonina/PR, neste ato representada pela Sra. Daniele Camargo, portadora da cédula de identidade RG nº 4.185.321-2, inscrita no CPF/MF sob nº 733.321.279-34, daqui em diante denominada como CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Pelo presente instrumento, as partes ajustam e contratam serviços de publicação de matérias de interesse desta Casa de Leis.

Cláusula Segunda - Vigência Contratual

A CONTRATADA se compromete a prestar os serviços objeto deste contrato, a partir da data da assinatura deste instrumento até o dia 31/12/09.

Cláusula Terceira - Do Preço

A CONTRATADA perceberá pelos serviços de publicação a importância de R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais) a qual não sofrerá reajuste até o término do presente contrato.

§ 1º A CONTRATANTE pagará o montante especificado nesta cláusula terceira, após o requerimento ter

sido protocolado, juntamente com comprovantes do serviço prestado, em até 30 (trinta) dias.

§ 2º No valor ajustado pelos serviços de publicação, já se encontram inclusos todos os eventuais valores relativos a impostos, taxas e contribuições e todas as demais despesas necessárias para a execução do serviços, objeto do presente contrato. Quando a CONTRATANTE for a responsável tributária pelo recolhimento, fica a mesma autorizada, neste ato, a descontar este valor do preço ajustado e devido.

Cláusula Quarta - Do Recurso Financeiro

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro: 3390.3900.

Cláusula Quinta - Das Obrigações das Partes

1. São obrigações da CONTRATANTE:

- O permitir e oferecer todas as condições e facilidades necessárias visando à perfeita execução dos serviços;

- Efetuar o pagamento ajustado e comunicar formalmente à Contratada, no prazo de 10 (dez) dias, a necessidade de modificações nas condições ajustadas, pelos serviços de publicação, sob pena de rescisão do presente contrato.

2. São obrigações da CONTRATADA:

- Executar os serviços ajustados neste contrato na forma estabelecida pela Contratante e demais normas que se refiram ao presente objeto e suas características;

- Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e;

- Apresentar, sempre que solicitado durante a execução dos serviços, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor.

Cláusula Sexta - Da Subcontratação, da Cessão e da Transferência

O objeto deste contrato não poderá ser alterado, modificado ou complementado, nem tampouco ser cedido, transferido ou ocorrer subcontratação, salvo após autorização por escrito da CONTRATANTE.

Cláusula Sétima - Da Rescisão e das Multas

Extingui-se o presente contrato:

1. Pelo vencimento do prazo contratual.

2. Pelo inadimplemento contratual, mediante notificação rescisória, devendo a parte infratora pagar multa

não-compensatória no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços prestados durante a vigência do contrato.

3. Ocorrerá à rescisão, de pleno direito, se ocorrer à falência, concordata ou insolvência de qualquer das partes contratantes.

§ 1º Na vigência de um eventual aviso de rescisão, as partes se obrigam pelo cumprimento de todas as cláusulas aqui contratadas.

Pela inexecução total ou parcial do presente contrato a Contratante poderá, garantida a defesa prévia, aplicar a Contratada as sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8666/93.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8666/93, pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial ao emanado pela Lei nº 8078 - Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Oitava - Das Disposições Gerais

A não exigência imediata por qualquer das partes, do cumprimento de qualquer obrigação avançada neste contrato, constituir-se-á mera liberalidade da parte que assim proceder, não devendo ser entendida ou caracterizada como novação ou precedente invocável pela outra parte.

Cláusula Nona - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Paraná para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias relativas a este instrumento.

E, após terem lido e concordado com todas as suas cláusulas, firmam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e formas, para que surta seus efeitos jurídicos.

Curitiba, em 09/09/09.

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DANIELE CAMARGO

Danigui Edição de Jornais Ltda.

Comissão de Licitação

Tomada de Preços

À Comissão Permanente de Licitação, conforme determinação do Senhor 1º Secretário através de protocolo nº 9682/08, efetuamos Tomada de Preços nº 003/09.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS:

Especificações	Copy-Fax Soluções em Cópias, Impressões e Automoção de Escritório Ltda.	Selbetti Gestão de Documento Ltda.	Simpless Comércio, Locação e Serviços S/A
Contratação de serviços reprográficos, conforme o edital.	R\$ 0,047 por cópia.	R\$ 0,084 por cópia.	R\$ 0,052 por cópia.

Da apresentação das propostas, efetuamos mapa demonstrativo de preços. Solicito o encaminhamento à Comissão de Licitação para a análise.
Em, 04/09/09.

(a) MARCELO GONÇALVES CORDEIRO

Esta Comissão Permanente de Licitação, com base nas propostas apresentadas homologa a empresa Copy-fax Soluções em Cópias, Impressões e Automoção de Escritório Ltda. a qual cotou o menor preço, por cópia, conforme, proposta em anexo.

Diante do exposto, solicito o encaminhamento a quem de direito para adjudicar a empresa acima mencionada como vencedora e autorizar a publicação do resultado.

Em 04/09/09.

(a) COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Errata:

Estamos republicando a Redação Final do Projeto de Lei nº 388/09, pelo fato de o mesmo ter sido publicado com incorreções no Diário da Assembléia nº 104/09, de 09/09/09.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 388/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Pastores Evangélicos de Foz do Iguaçu - COPEFI, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/09/09.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

